

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS
NEGRAS ACADEMIA REAL MILITAR
(1811) CURSO DE CIÊNCIAS
MILITARES**

Pedro Henrique de Oliveira Doyle

**O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA
NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL**

**Resende
2023**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA
PROFISSIONAL**

TÍTULO DO TRABALHO: O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA
MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL

AUTOR: PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA DOYLE

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

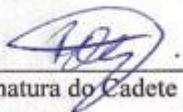
Autorizo a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A AMAN poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou do Diretor de Ensino da AMAN.

Resende, 16 de JUNHO de 2023


Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

D754p DOYLE, Pedro Henrique de Oliveira

O pelotão especial de fronteira na manutenção da segurança na faixa de fronteira do brasil / Pedro Henrique de Oliveira Doyle – Resende; 2023. 62 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Roberto Cavalcanti Ferreira
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Organização militar. 2. Fronteira. 3. Segurança. 4. Defesa nacional. 5. PEF Região Norte. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Pedro Henrique de Oliveira Doyle

**O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA
NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Roberto Cavalcanti Ferreira

Resende
2023

Pedro Henrique de Oliveira Doyle

**O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA
NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL**

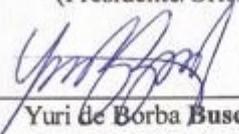
Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de JUNHO de 2023:

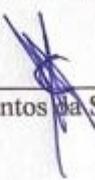
Banca examinadora:



Roberto Cavalcanti Ferreira, Capitão
(Presidente/Orientador)



Yuri de Borba Busch, 1º Ten



Custódio Apolonio Santos da Silva Junior, 1º Ten

Resende
2023

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor de nossos destinos e principal responsável por meu sucesso, a minha família, a minha noiva e aos meus amigos que serviram como base durante toda formação e em todos os momentos vividos nesta academia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter proporcionado-me a possibilidade de realizar o maior sonho da minha vida: o de tornar-me Oficial do Exército Brasileiro.

Agradeço aos meus pais que foram imprescindíveis nesta longa caminhada de formação visto que sem eles meu sucesso nesta casa seria muito mais dificultoso.

Agradeço a minha noiva, pois foi meu alicerce em todos os momentos vividos nesta academia, sendo eles bons ou ruins.

Agradeço, ainda, aos meus amigos que puderam me acompanhar e dar suporte nos momentos em que mais precisei.

Por fim, agradeço a todos meus instrutores que, ao longo da formação, indicaram-me o melhor caminho, sempre com competência e profissionalismo. Agradeço, em especial, ao Capitão Roberto, meu orientador neste trabalho e quem, com suas orientações, possibilitou que esta monografia fosse corretamente realizada.

RESUMO

O PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA NA MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL

AUTOR: Pedro Henrique de Oliveira Doyle

ORIENTADOR: Roberto Cavalcanti Ferreira

Este estudo tem como objetivo averiguar se os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) logram êxito na manutenção da segurança na faixa de fronteira do Brasil, em especial do ambiente operacional amazônico. Será, para isso, analisado de que forma transcorre a inserção do Estado na figura da Organização Militar (OM) como uma ferramenta de controle dos crimes transfronteiriços e de vivificação da área. Para tanto, procurou-se, inicialmente, entender as características da Floresta Amazônica (flora, fauna e recursos minerais) e como ela se tornou palco da criminalidade que ocorre na fronteira norte do país, assim, serão apresentados conceitos importantes para o entendimento da problemática em questão. Com esse fim, foi realizada uma coleta de informações em artigos institucionais, documentos, teses e estudos na área da defesa nacional, que buscam entender de que forma os PEF garantem a segurança das regiões fronteiriças. Após isso, foram apresentadas as vulnerabilidades encontradas no ambiente em questão e quais os principais delitos que ocorrem na fronteira norte do país, destacando como esses pelotões de infantaria atuam no combate à criminalidade e na vivificação da área. Para isso, foi feito um levantamento de operações militares que transcorreram na região Norte, como, por exemplo, a Operação Ágata e a Operação Acolhida, buscando, assim, esclarecer de que forma o Exército Brasileiro, representado pelos PEF, operou contra os crimes locais em favor da seguridade regional. Para auxiliar na pesquisa, foi, ainda, realizado um questionário com militares que conheceram um PEF *in loco* com o objetivo de concluir se o desempenho dessas unidades militares está, de fato, contribuindo com o combate a criminalidade e, conseqüentemente, com a manutenção da segurança na faixa de fronteira. Por fim, após discussões, foi verificado que por intermédio de ações como patrulhamento e vigilância, esses pelotões possuem grande importância para coibir o aumento dos delitos transfronteiriços e tornar a região mais segura.

Palavras-chave: Fronteira. Segurança. Defesa Nacional. PEF. Região Norte.

ABSTRACT

THE ESPECIAL BORDER PLATOON IN THE MAINTENANCE OF SECURITY IN THE BORDER STRIP OF BRAZIL

AUTHOR: Pedro Henrique de Oliveira Doyle

ADVISOR: Roberto Cavalcanti Ferreira

This study aims to find out if the Special Border Platoons (PEF) are successful in maintaining security in the border strip of Brazil, especially in the Amazon operational environment. For this, it will be analyzed how the insertion of the State in the figure of the Military Organization (OM) takes place as a tool to control cross-border crimes and to vivify the area. To do so, an attempt was made, initially, to understand the characteristics of the Amazon Forest (flora, fauna and mineral resources) and how it became the scene of the criminality that occurs in the northern border of the country, thus, important concepts will be presented for the understanding of the problem. in question. To this end, information was collected from institutional articles, documents, theses and studies in the area of national defense, which seek to understand how the PEF guarantee the security of border regions. After that, the vulnerabilities found in the environment in question were presented and the main crimes that occur on the northern border of the country, highlighting how these infantry platoons act in the fight against crime and in the area's vivification. For this, a survey of military operations that took place in the North region was carried out, such as Operation Ágata and Operation Acolhida, thus seeking to clarify how the Brazilian Army, represented by the PEF, operated against local crimes in favor of regional security. To assist in the research, a questionnaire was also carried out with military personnel who were acquainted with a PEF in loco, with the objective of concluding whether the performance of these military units is, in fact, contributing to the fight against crime and, consequently, to the maintenance of the border security. Finally, after discussions, it was found that through actions such as patrolling and surveillance, these platoons are of great importance to curb the increase in cross-border crimes and make the region safer.

Key Words: Border. Security. National defense. PEF. North region

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Amazônia Legal.....	15
Figura 2 – Densidade demográfica do Brasil.....	22
Figura 3 – Mapa da distribuição dos Pelotões Especiais de Fronteira no Comando Militar da Amazônia (CMA) e Comando Militar do Norte (CMN).....	24
Figura 4 – Rota do narcotráfico na Amazônia.....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Posto e graduação dos militares que responderam.....	39
Gráfico 2 – Delimitação ao CMA e/ou CMN.....	40
Gráfico 3 – Oportunidade de conhecer <i>in loco</i> algum Destacamento Especial de Fronteira (DEF), Pelotão Especial de Fronteira (PEF) e/ou Companhia Especial de Fronteira (CEF)...	40
Gráfico 4 – Como o militar conheceu o DEF, PEF e/ou CEF.....	41
Gráfico 5 – DEF, PEF e/ou CEF que foram conhecidos.....	41
Gráfico 6 – Crimes transfronteiriços.....	42
Gráfico 7 – Suficiência do efetivo.....	43
Gráfico 8 – Suficiência de meios.....	43
Gráfico 9 – Cumprimento das missões de “Combate aos Delitos Transfronteiriços” e de “Vivificação da Área”?.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
RJ	Rio de Janeiro
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
OM	Organização Militar
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMN	Comando Militar do Norte
DEF	Destacamento Especial de Fronteira
CEF	Companhia Especial de Fronteira
SCDL	Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
%	Percentual
km	Quilômetros
km ²	Quilômetro quadrado
mm	Milímetro
WWF	World Wide Fund for Nature
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
PNUMA/OTCA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
MW	Megawatts
CFRR	Comando de Fronteira Roraima
PNR	Próprio Nacional Residencial
AM	Amazonas
RR	Roraima
AC	Acre
AP	Amapá
PCN	Programa Calha Norte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
EB	Exército Brasileiro
OCCA	Operações de Cooperação e Coordenação com Agências
PPIF	Programa de Proteção Integrada de Fronteiras
PF	Polícia Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Gen Ex	General de Exército
Gen Div	General de Divisão
Gen Bda	General de Brigada
Cel	Coronel
TC	Tenente Coronel
Maj	Major
Cap	Capitão
Ten	Tenente
Asp Of	Aspirante a Oficial
ST	Sub Tenente
Sgt	Sargento
Cb	Cabo
Sd	Soldado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 OBJETIVOS.....	14
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 CARACTERÍSTICAS DA FLORESTA AMAZÔNICA.....	15
2.1.1 Flora.....	16
2.1.2 Fauna.....	17
2.1.3 Recursos Naturais.....	18
2.2 A FRONTEIRA.....	21
2.3 OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA.....	22
2.4 SEGURANÇA.....	28
2.5 SISFRON.....	28
2.6 VULNERABILIDADES DA REGIÃO.....	30
2.7 MISSÕES MILITARES NA FRONTEIRA.....	32
2.7.1 Operação Ágata.....	33
2.7.2 Operação Acolhida.....	35
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	37
3.1 TIPOS DE PESQUISA.....	37
3.2 MÉTODOS.....	37
3.2.1 Estudo de documentos, referenciais bibliográficos e artigos anteriores.....	37
3.2.2 Coleta de dados.....	37
3.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	38
3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	38
3.5 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	38
3.5.1 O Pelotão Especial de Fronteira na Manutenção da Segurança da Faixa de Fronteira do Brasil.....	39
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	58

1 INTRODUÇÃO

O território brasileiro possui, segundo a Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL), aproximadamente 16.885,7 km de fronteira, sendo essa feita com 10 países sul-americanos, com exceção de Chile e Equador. Essa faixa de fronteira estende-se do limite austral do estado Rio Grande do Sul até os marcos mais setentrionais do Amapá.

A floresta amazônica abrange mais da metade do território nacional, e, pela sua riqueza mineral, vegetal e animal, é motivo de cobiça por todos os países que fazem fronteira com o Brasil nesse território, sendo eles: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.. Entretanto, essa cobiça dos países sul-americanos na Amazônia brasileira ultrapassa os limites territoriais e atinge diversos países pelo mundo, como, por exemplo, Estados Unidos, Alemanha e China. Por isso é necessário que haja, principalmente nos limites nortes do Brasil, fiscalizações eficazes e o correto combate aos diversos delitos que possam vir a acontecer nessa região, com o intuito de manter a soberania brasileira na Amazônia.

Mesmo sabendo que os crimes transfronteiriços como, por exemplo, narcotráfico, contrabando de armas e biopirataria são muito comuns nessa faixa do território nacional, estes problemas estão longe de serem os únicos. Frequentemente, na Amazônia, são observados embates territoriais entre fazendeiros e indígenas, exploração ilegal de madeira, garimpos ilegais e diversas outras adversidades.

Tendo em vista os problemas citados acima e muitas outras demandas que venham a ocorrer na região norte do Brasil, faz-se necessária a presença de organizações militares especializadas no combate em ambiente de selva, sendo assim, capazes de identificar e solucionar quaisquer necessidades nos limites fronteiriços da Amazônia. Segundo o caput do art. 142 da Constituição Federal de 1988, Brasil (1990) as Forças Armadas desempenham como função basilar a defesa da Pátria. Nesse quesito, destacam-se, em âmbito nacional, os BIS que são organizações militares adestradas em prol da defesa da pátria, mais especificamente, da floresta amazônica brasileira.

Nesse sentido, porém, percebeu-se que apenas esses batalhões não eram capazes de abranger todos os pontos da faixa de fronteira, por isso, foi incumbido a esses batalhões destacar pelotões e companhias que cobrissem um raio maior de terras, surgindo, assim, os Pelotões Especiais de Fronteira, guarnições remotas a suas sedes que, ao longo dos anos, mostraram-se essenciais para muitas demandas da região em que se encontram.

Porém, sabendo de todas essas dificuldades e adversidades encontradas na região em questão, é possível afirmar que os Pelotões Especiais de Fronteira tem cumprido com a sua principal missão de garantir a segurança da faixa de fronteira do Brasil?

Esta pesquisa justifica-se em analisar as principais demandas ocorridas na fronteira norte do Brasil e, também, em verificar se os Pelotões Especiais de Fronteira estão cumprindo, não só com a missão de garantir a segurança nos limites brasileiros, mas também com a missão de aumentar a presença do Estado na região, estimulando a vivificação na área e reprimindo quaisquer conflagrações que possam vir a ocorrer entre os habitantes locais, sejam eles indígenas, fazendeiros ou moradores urbanos.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste projeto é verificar se os Pelotões Especiais de Fronteira logram êxito na manutenção da segurança da faixa de fronteira do Brasil.

1.1.2 Objetivos específicos

Com a finalidade de viabilizar o êxito do objetivo geral apresentado, foram definidos alguns objetivos específicos que delinearão a conexão lógica do raciocínio descritivo apresentado neste estudo e aos quais estão descritos a seguir:

Apresentar algumas informações e considerações a respeito do Meio Ambiente da região Amazônica.

Apontar os principais problemas ocorrentes nas porções de terras sob jurisdição dos Pelotões Especiais de Fronteira.

Apresentar as capacidades e possibilidades do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e sua aplicação nos PEF.

Estabelecer as principais carências e demandas dos PEF, bem como as soluções para as dificuldades encontradas pelas áreas serem notoriamente remotas.

Constatar as principais Operações que ocorreram na região norte em que os Pelotões Especiais de Fronteira tiveram vultuosa participação para o cumprimento da missão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

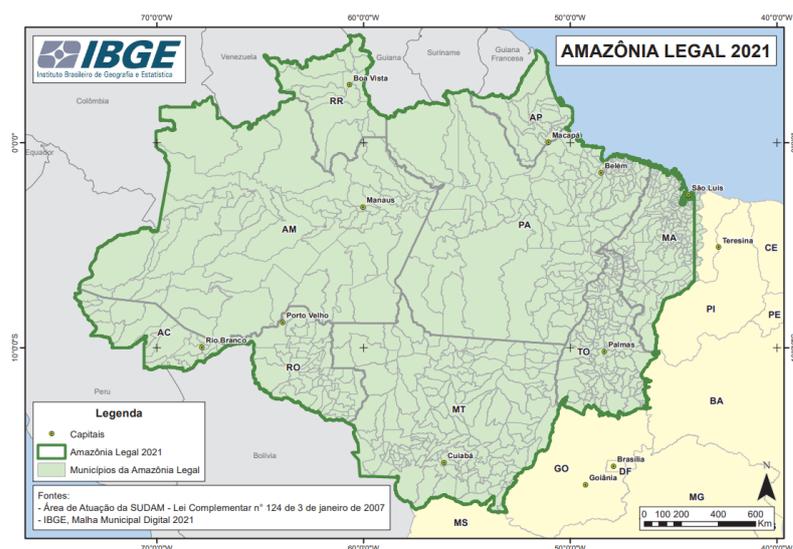
2.1 CARACTERÍSTICAS DA FLORESTA AMAZÔNICA

O estudo da floresta amazônica é essencial para que o trabalho alcance os objetivos necessários e, com isso, algumas noções que tratam a respeito de meio ambiente e das riquezas da maior floresta tropical do mundo serão apresentados a seguir.

Primeiramente, é importante definir o conceito de Meio Ambiente o qual é tratado no art. 3º, II, da Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Outro conceito essencial para o melhor entendimento do assunto é o da “Amazônia Legal” que, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), é uma região que ocupa 59% do território brasileiro e abrange totalmente oito estados do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Maranhão. Seu conceito vai além do território composto por selva úmida, se caracteriza, também, pela necessidade de projetar o desenvolvimento econômico da região.

Figura 1 – Amazônia Legal



Fonte: IBGE (2021)

A Amazônia Legal compreende uma área de mais de 5,2 milhões de km² – 61% do território brasileiro –, sendo 5,1 milhões de km² de terra e 96 mil km² de água. Da

área de terra, cerca de 900 mil km² são várzeas inundáveis, localizadas principalmente nas margens dos grandes rios. A região representa um ponto estratégico do território nacional, nele estão 20% da disponibilidade mundial de água doce e mais de 30% das reservas florestais (JUNIOR et al.,2010).

A Amazônia é, inquestionavelmente, a maior e mais importante floresta tropical do mundo e, com isso, suas riquezas naturais são inestimáveis, sejam elas representadas por sua flora, fauna ou minérios. A floresta, em sua parcela presente em território brasileiro, o gradiente térmico varia entre as temperaturas de 25 a 29 graus Celsius (SANTOS,2019). É importante salientar, ainda, a umidade do ar que, diariamente, pode ultrapassar os 80% e, além disso, o índice pluviométrico que oscila entre 1400 a 3500 mm por ano (MAGALHÃES, 2013), favorecendo, dessa forma, a desenvolvimento dos recursos minerais, flora e fauna amazônicas. A seguir serão apresentadas algumas dessas riquezas as quais tornam a região amazônica uma das áreas mais cobiçadas dentre os muitos países ao redor do mundo.

2.1.1 Flora

A Floresta amazônica é conhecida mundialmente pela sua extensão territorial que, segundo dados do IBGE, é superior a 5.000.000 km². Sua grande dimensão dá-se, principalmente, por sua cobertura vegetal que, segundo o World Wide Fund for Nature (WWF), abrange cerca de 2.500 espécies de árvores e 30 mil das 100 mil espécies de plantas de toda América Latina.

A cobertura vegetal da região amazônica brasileira é compreendida apenas por dois biomas: Cerrado e Amazônico, conforme o Ministério do Meio Ambiente (2008).

O Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) lista inúmeras árvores importantes para os habitantes locais como, por exemplo, o açaí, a seringueira, andiroba, pupunha, mogno, cedro, cacau, cupuaçu, guaraná e tucumã.

Ainda nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/OTCA) (2008) atesta que existem na Amazônia mais de 2000 plantas empregadas para alimentação, para tratamento de enfermidades e para propósitos distintos. Basicamente, a Amazônia é subdividida em três categorias: as matas de terra firme, as matas de várzea e as matas de igapó.

As matas de terra firme estão localizadas nas regiões de maior altitude de todo bioma, estando, dessa forma, longe dos rios e, também, de suas inundações. Nesta região, as árvores

de grande porte são maioria, o Angelim Vermelho é uma espécie exemplar dessa categoria de mata.

A mata de várzea é a categoria intermediária das demais, pois localiza-se entre as regiões mais altas e os rios. Na parte que se aproxima da mata de terra firme, o período de inundação é mais curto, já na região mais plana, a vegetação assemelha-se muito com a mata de igapó, a sumaúma, por exemplo, é uma árvore facilmente encontrada nessa região.

Já a mata de igapó está localizada na parte mais baixa do bioma amazônico, os quais se encontram inundados na maior parte do ano. Nesta região as espécies são mais rasteiras que as demais: musgos, arbustos e cipós são exemplos de plantas encontradas com facilidade nessa área.

2.1.2 Fauna

A Floresta Amazônica é conhecida por ser uma das regiões mais biodiversas do planeta, abrigando muitos animais que são únicos no planeta, sua vasta extensão e a complexidade da floresta amazônica criam habitats diversificados e heterogêneos que oferecem condições ideais para a evolução de muitas espécies de animais, bem como foi representado pelos pensamentos de Revilla:

A gigante Amazônia ainda possui extensa área de densa floresta tropical, alta diversidade de espécies de animais e vegetais, distribuídas numa grande variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos, traduzindo-se assim em um enorme potencial econômico e de recursos genéticos no presente e para o futuro. (REVILLA, 2000, p.11)

A fauna da Floresta Amazônica é composta por uma grande variedade de espécimes, são cerca de trinta milhões de espécies animais, sem contar com as ainda não catalogadas (ISPN, 2020), dentre os quais incluem aves, mamíferos, répteis, anfíbios, peixes e invertebrados. Entre as espécies mais conhecidas destacam-se a onça-pintada, o tamanduá-bandeira, o boto-cor-de-rosa, o macaco-aranha, a arara-azul, o tucano e a cobra sucuri. Estes animais estão distribuídos em diferentes níveis, desde o dossel superior, que se caracteriza pelas folhagens e copas das árvores, até o solo da floresta. Dentro desses níveis, é possível encontrar muitas espécies endêmicas, ou seja, existem apenas na região amazônica, como o

primata uacari-branco e a aranha macaco, toda essa diversidade e riqueza é constatada nas palavras de Penna Filho:

A floresta detém o maior número de espécies vivas do planeta, a maior reserva de água doce, madeiras nobres, vastas jazidas minerais, muitas sequer mapeadas, e grande potencial para geração de energia hidrelétrica, dentre outros recursos, todo o potencial genético contido em seu ecossistema e a imensurável riqueza traduzida na diversidade de sua população, ainda mais com grupos indígenas que sequer travaram contato com o chamado homem “branco” (PENNA FILHO, 2013, p. 96).

Entretanto, essa biodiversidade encontrada em todos os níveis da região amazônica que, segundo a WWF-Brasil, é de riqueza imensurável e gera um elevado potencial de desenvolvimento para região, atualmente, enfrenta inúmeras ameaças. O PNUMA/OTCA (2008) enumera diversos crimes que ocorrem na região norte do país e geram impactos muitas vezes irreparáveis a Amazônia, podendo citar a degradação do habitat da floresta, a exploração ilegal de minérios e de madeira e a caça predatória. Além disso, tem-se o desmatamento e as queimadas que são uns dos maiores problemas enfrentados, não só pela flora, mas, também, pela fauna amazônica, resultando em um desequilíbrio ambiental que pode levar a um declínio acentuado na existência das populações de diversas espécies e até mesmo sua extinção.

2.1.3 Recursos Naturais

A Floresta Amazônica é um dos maiores tesouros naturais do mundo que abriga uma riqueza inestimável de recursos. Essa imensa floresta tropical é lar de milhões de espécies de plantas e animais, muitos dos quais são únicos e encontrados apenas na Amazônia. Além de sua biodiversidade incomparável, a floresta amazônica é, também, uma fonte de recursos naturais valiosos tanto para os habitantes locais como para o resto do mundo.

A Amazônia é a região do mundo que apresenta o maior número de espaços ecológicos representativos, dispostos desde as vertentes cisandinas até as intermináveis colinas e tabuleiros florestados, grandes planícies aluviais e serranias intra-amazônicas de Roraima ocidental e dos Carajás. Enfim, desde as altas encostas chuvosas dos Andes peruanos e colombianos até os manguezais, furos e gamboas do litoral do Amapá, Pará e noroeste do Maranhão (AB'SABER, 2002, p. 16).

A Amazônia é uma fonte quase inesgotável de madeira de alta qualidade. Esse recurso é conhecido por sua resistência e durabilidade, tornando-o um material indispensável para a construção de móveis, edifícios e pontes. Infelizmente, a exploração descontrolada da madeira tem levado a uma perda significativa de floresta na Amazônia, resultando em impactos ambientais negativos e problemas sociais para as comunidades que dependem da atividade e vivem na região.

Da mesma forma que a madeira, os recursos hídricos estão presentes de forma abundante, tornando-se, dessa forma, foco de cobiça de nações que não o possuem em abundância (RODRIGUES, 2019). Este recurso indispensável que está presente na Amazônia é uma importante fonte de vida para as comunidades locais, além de ser um recurso essencial para a agricultura, a indústria e outras atividades humanas. Segundo Meirelles (2006), apud Rodrigues (2019), aproximadamente 3,8 milhões de km² de floresta estão inseridas apenas no território brasileiro (o correspondente a 45% superfície nacional).

Na Amazônia, encontra-se a maior bacia hidrográfica do planeta. A Bacia Amazônica apresenta cerca de 7.000.000 km² com 1.100 afluentes. Seu principal rio é o Amazonas, que lança ao mar cerca de 175 milhões de litros d'água por segundo. Os rios da Amazônia apresentam características distintas. Há rios que apresentam águas claras, como o Rio Xingu, mas também há os rios de águas negras ou pretas, como o Rio Negro, e rios de águas brancas, como o Solimões (SANTOS, 2019).

Ainda nesse sentido, a Floresta Amazônica é uma das maiores reservas de minerais do mundo, abrigando uma grande variedade de depósitos de minerais como, por exemplo, ouro, cobre, ferro, bauxita e outros metais. A Amazônia, mesmo que possuindo somente cerca de 10% das minas brasileiras, é responsável por além de 30% de todo rendimento resultante da produção mineral do Brasil (CORDANI et al., 2019, p. 103). A exploração desses minerais é uma importante atividade econômica na região, fornecendo emprego e renda para muitas pessoas. No entanto, a mineração também pode ter impactos significativos no meio ambiente e nas comunidades locais, especialmente quando não é de forma responsável e controlada.

Em termos mundiais, a maioria dos depósitos minerais metálicos está situada em terrenos pré-cambrianos. Na região da Amazônia, essas áreas representam aproximadamente 40% do seu território e possuem potencialidade para vários depósitos minerais, tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante (SANTOS, 2002).

Com isso, temos o ouro, um dos minerais mais abundantes na Amazônia, que tem sido explorado há centenas de anos, desde os tempos da colonização espanhola e portuguesa. Atualmente, a mineração de ouro é uma das principais atividades econômicas na região, empregando milhares de pessoas. No entanto, essa atividade tem impactos negativos e significativos no meio ambiente, incluindo a destruição da floresta e a poluição da água.

Já o cobre é outro mineral importante na região amazônica, sendo utilizado na produção de uma ampla variedade de produtos, desde fios elétricos até componentes eletrônicos. A região abriga grandes depósitos desse minério, incluindo a mina de Carajás, uma das maiores minas de cobre do mundo. Essa atividade mineradora também pode ter impactos negativos e significativos no meio ambiente, incluindo a poluição da água e do ar.

Na Amazônia, existe, também, o ferro que é um dos minerais mais importantes do mundo por ser utilizado na produção de aço, um material essencial para a construção de edifícios, pontes, carros e outros produtos. A região amazônica abriga grandes depósitos de minério de ferro, incluindo a mina de Carajás, uma das maiores minas de ferro do mundo. A mineração de ferro pode ter impactos negativos e significativos no meio ambiente, incluindo a destruição da floresta e a poluição da água.

A bauxita é um mineral essencial na produção de alumínio, um material amplamente utilizado na indústria de construção, transporte e embalagem. A região amazônica abriga grandes depósitos de bauxita, incluindo a mina de bauxita de Paragominas, uma das maiores minas de bauxita do mundo. A mineração de bauxita pode ter impactos negativos e significativos no meio ambiente, incluindo a destruição da floresta e a poluição da água.

Visto isso, constata-se que a exploração de minerais na Floresta Amazônica é uma importante atividade econômica na região, fornecendo emprego e renda para muitas pessoas. No entanto, é importante lembrar que a mineração pode ter impactos negativos e significativos no meio ambiente e nas comunidades locais, especialmente quando não é feita de forma responsável. Sendo assim, é crucial que a exploração de minerais na Amazônia seja feita de forma sustentável, garantindo a proteção da floresta e o bem-estar das pessoas que dependem dela visto que a Floresta Amazônica é também uma fonte potencial de energia renovável, tendo um enorme potencial para a produção de energia hidrelétrica, com rios poderosos que poderiam gerar eletricidade suficiente para abastecer grandes cidades. No entanto, a construção de represas pode ter impactos negativos e significativos no meio ambiente e nas comunidades locais.

Sabe-se, também, que a região amazônica abriga algumas das hidrelétricas mais importantes do Brasil e da América do Sul que são responsáveis por fornecer energia para

milhões de pessoas e impulsionar a economia da região. Um exemplo disso é a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, uma das hidrelétricas mais importantes da Amazônia e que está localizada no estado do Pará. Esta usina tem uma capacidade instalada de 8.365 megawatts (MW) e é responsável por cerca de 11% da capacidade total de geração de energia do país, utilizando a água do rio Tocantins para gerar energia limpa e renovável (ANA, 2005)

2.2 A FRONTEIRA

O Brasil é o 5º maior país em área do planeta, possuindo mais de 8,5 km² em territórios, sendo eles constituídos de terras continentais, ilhas e arquipélagos (IBGE, 2012). Junto com sua área, é, também, um dos países que mais possuem limites territoriais com seus vizinhos, somando um total de 16.885,7 km de fronteira (SCDL, 1973).

“A fronteira é uma descontinuidade geopolítica, com funções de delimitação real, simbólica e imaginária”. (FOUCHER, 1991).

De acordo com Araújo (2018, p. 57), a faixa de fronteira amazônica é complexa e diversa, com atributos únicos na conjuntura mundial, podendo ser concretizadas pela sua notável dimensão.

“As fronteiras são o órgão periférico do Estado, destacando-se duas características: fronteira como zona – as cidades – e fronteira como linha – traçado geodésico. Linhas e zonas são limites”. (RATZEL, 1897).

Segundo os conceitos citados acima, é possível verificar o grande desafio do Estado Brasileiro em se manter presente em todas as porções de terras ao longo da longa faixa de fronteira brasileira, esse fato mostra-se ainda mais dificultado em terras amazônicas, pois nessa região, algumas linhas fronteiriças apresentam-se apenas no contexto imaginário, sendo impossível verificar uma linha real que divida os dois territórios.

Segundo Teixeira Soares é necessário estar vigilante e providente:

Se a fronteira é o resultado condicionante da política torna-se vital, então, conceber uma política de fronteiras. Esta política deve ser vigilante, providente e construtiva, para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, assim como importantes demográfica e economicamente (...). (SOARES, 1972, p. 15.)

Com o passar dos anos, notou-se que o Brasil sempre conquistou seus territórios de forma pacífica, realizando acordos e tratados com os países vizinhos, como foi o caso do Acre

que juntamente a Bolívia assinou o tratado de Petrópolis em 1903, acordo em que o Brasil anexou ao seu território aproximadamente 189 mil km² e como compensação a Bolívia recebeu um total de 2 milhões de libras esterlinas.

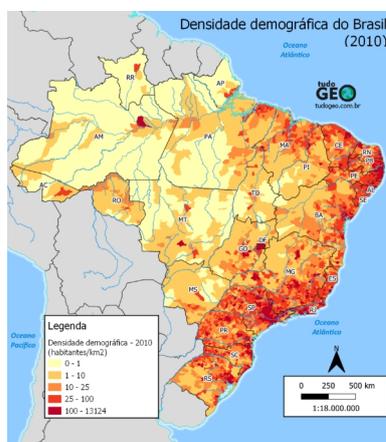
Os países que fazem fronteira com o Brasil são: Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, França (Guiana Francesa) e Suriname. Desses países, o que possui a maior fronteira com as terras brasileiras é a Bolívia, com 3423,2 km, dos quais 2609,3 km são por rio e canais, 63 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais de acordo com a Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.

Contudo, ao longo dos anos, os crimes transfronteiriços mostraram-se os mais recorrentes nessas fronteiras, cabendo aos órgãos federais e estaduais o combate a esses delitos. No entanto, segundo a lei Complementar nº 97 de 9 de Junho de 1999 é missão, também, das forças armadas o combate a esses problemas junto aos demais órgãos, nesse sentido, surgem os pelotões especiais de fronteira, provenientes dos BIS.

2.3 OS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA

Segundo o último Censo oficial do IBGE, ocorrido no ano de 2010, a região norte do Brasil possui a menor densidade demográfica do Brasil, fato confirmado na imagem apresentada abaixo. Com isso, somado as suas características limítrofes, a região norte torna-se o local nacional com maior necessidade de ocupação populacional, principalmente em suas fronteiras.

Figura 2 – Densidade demográfica do Brasil



Fonte: IPEA (2018)

Sendo assim, diversos crimes transfronteiriços são comuns nessa região devido a pouca presença do Estado nesses locais, como, por exemplo, narcotráfico, contrabando de armas e descaminho. Com isso, percebeu-se que era de extrema importância a ocupação dessa área, tanto para incentivar o desenvolvimento regional, como para intensificar o poder de vigilância do Estado nas fronteiras do Brasil.

No ano de 1920, foi criado o primeiro PEF que se tem registro no Brasil com a denominação atual de 4º Pelotão Especial de Fronteira do Comando de Fronteira Roraima (CFRR) /5º BIS e presente na localidade de Cucuí, no estado de Roraima. A construção desse povoamento se confunde com a do Forte de São José das Marabitanas, o qual foi erguido, sob ordens do então governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, com o objetivo de complementar as ações realizadas pelo Forte de São Gabriel da Cachoeira. Tais ações baseavam-se no confronto ao Fortín de San Carlos e o Fortín de San Hernando, os quais foram erguidos por espanhóis no mesmo rio de Cucuí (SOUSA, 1885:59). Além disso, o novo forte teria como missão, também, a proteção fluvial nas redondezas e a contenção de ataques indígenas (GARRIDO, 1940:15)

Desde sua criação, o Forte de São José das Marabitanas serviu como local de refúgio político e de prisão para revoltosos, conforme descrito por Oliveira:

Este forte, de madeira replenado de terra, tem por figura um quadrado, do qual o lado sobre o rio tem dois baluartes com seu terrapleno e 12 canhoneiras; o resto do perímetro é um muro dividido em seteiras para a espingardaria, e o lado oposto aos baluartes faz no centro um redente. Externamente tem quatro baterias: de São Pedro, São Luís, São Simão e São Miguel; destas, a 28 e a 38 não podem falar no tempo da enchente do rio, porque ficam imersas. (OLIVEIRA, 1968:755).

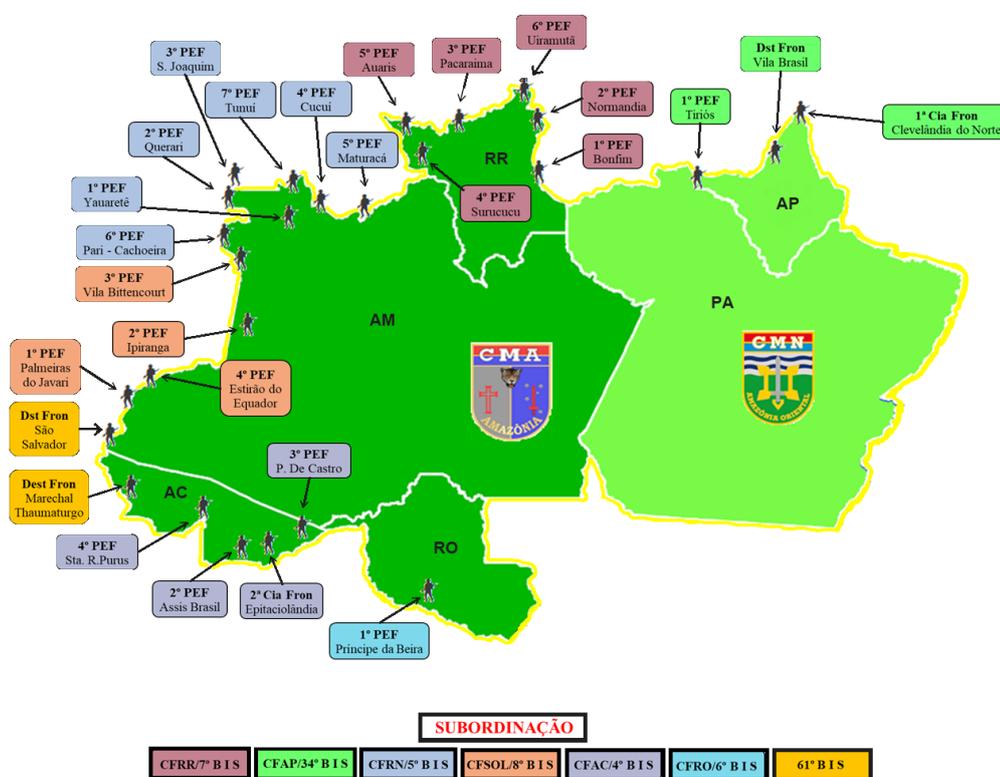
Segundo BARRETO (1958), no ano de 1958, o Forte que se denominava Forte de Cucuí já era guarnecido pelo 4º PEF, que já estabelecia atividades com a finalidade de preservar o material existente no local e de melhorar sua apresentação ao público interno e externo (op. cit., p. 51-53).

Nos dias de hoje, segundo o Escritório de Projetos do CMA, o 4º PEF conta com um efetivo total de 66 militares, contendo um total de 17 Próprios Nacionais Residenciais (PNR), distribuídos a oficiais, praças, cabos e soldados (Escritório de Projetos do CMA, 2018).

Atualmente existem 27 organizações militares na fronteira sob responsabilidade do CMA (Comando Militar da Amazônia), sendo 2 companhias, 23 pelotões e 2 destacamentos, todos distribuídos por toda extensão da região amazônica (aproximadamente 11.000 km). Entretanto, não são todos quartéis da região norte que possuem uma fração destacada na

fronteira. Os únicos batalhões que possuem pelo menos um PEF são os seguintes: 5° BIS (São Gabriel da Cachoeira/AM), 7° BIS (Boa Vista/RR), 8° BIS (Tabatinga/AM), 4° BIS (Rio Branco/AC), 61° BIS (Cruzeiro do Sul/AC) e 34° BIS (Macapá/AP), sendo o 5° BIS, a OM que possui o maior número de Pelotões Especiais de Fronteira sob sua jurisdição, possuindo, atualmente, um total de 7 PEF, sendo eles: 1° PEF (Yauaretê), 2° PEF (Querari), 3° PEF (São Joaquim), 4° PEF (Cucuí), 5° PEF (Maturacá), 6° PEF (Pari Cachoeira) e 7° PEF (Tunuí Cachoeira). Na figura disponibilizada pelo Programa Calha Norte (PCN) (2020) é possível verificar a posição de cada OM ao longo da fronteira amazônica.

Figura 3 – Mapa da distribuição dos Pelotões Especiais de Fronteira no CMA e CMN



Fonte: PCN (2020)

Um Pelotão Especial de Fronteira é uma fração destacada do BIS (ao qual é subordinado) e localiza-se em regiões estratégicas ao longo da fronteira, objetivando aumentar a fiscalização da área de responsabilidade desse Batalhão. Como ocorre em todas as Unidades de Infantaria pelo Brasil, um pelotão é diretamente subordinado a uma companhia, esse fato não é diferente com os PEF, todos fazem parte de uma CEF e, em alguns lugares,

essa companhia é destacada da mesma forma que o pelotão, fato que ocorre no 34º BIS, sediado em Macapá.

Esses pelotões possuem em seu efetivo, em média, 50 militares, sendo eles oficiais, praças, cabos e soldados. O cargo de comandante do PEF é designado a um tenente que esteja servindo na OM de origem do pelotão e sua permanência pode variar de acordo com a necessidade de cada quartel, mas, geralmente, possui duração de 1 ano.

Cada pelotão é chefiado por um tenente com pouco mais de 25 anos que exerce o papel de comandante militar, prefeito, juiz de paz, delegado, gestor de assistência médico-odontológica, administrador do programa de inclusão digital e o que mais for necessário assumir nas comunidades carentes das imediações, esquecidas pelas autoridades municipais, estaduais e federais. (VARELLA, 2006, p.12).

Ainda nesse contexto, de acordo com Miranda (op. cit., p. 124):

Embora seu papel fundamental na estratégia de Defesa militar do Exército na faixa de fronteira, exercendo em muitos casos até o poder de polícia nessas áreas, os PEF possuem um poder bastante limitado devido seu efetivo ser bastante reduzido, além de muitos problemas relacionados a sua infraestrutura e o próprio poder de resposta ser limitado, sendo dessa forma, classificados mais como unidades de vigilância constante.

Os PEF classificam-se em 5 categorias: PEF tipo I, PEF tipo II, PEF tipo III, PEF tipo IV e PEF tipo V. Os PEF tipo I estão localizados em ambientes operacionais complexos, os que apresentam rios largos e probabilidade de confronto iminente, são exemplos as unidades de Yauaretê e Cucuí. Os PEF tipo II estão localizados em ambiente operacional favorável ao emprego da tropa, tendo remota possibilidade de confronto e a unidade de Pari Cachoeira é um exemplo, os PEF tipo III estão localizados em ambientes com rios estreitos e pouca probabilidade de confronto e possui o PEF de Maturacá como seu principal exemplo, os PEF tipo IV estão localizados em ambiente operacional favorável ao emprego da tropa com remota possibilidade de confronto e Pacaraima é um de seus exemplos e os PEF tipo V que estão localizados em ambiente de selva e possuem remota probabilidade de confronto, sendo o PEF de Surucucu um exemplo que se encaixa nessas características.

De acordo com Miranda:

Além dessas atividades, os PEF têm outras atividades específicas na faixa de fronteira (sic), as quais são: dar apoio a órgãos públicos na faixa de

fronteira, assistência de saúde às populações nativas, atuação nas reservas indígenas, nos limites da lei, atuação em face de aeronaves, veículos e embarcações estrangeiras, atuação em face de organizações militares e autoridades civis estrangeiras e cooperação com o Comando do Batalhão/Brigada de Infantaria de Selva (BIS) na solução de pendências localizadas, antecipando-se ao surgimento de conflitos em sua área de responsabilidade. (2012, p. 119)

Todos os PEF seguem o seguinte lema: “Vida, combate e trabalho”, e, segundo (NASCIMENTO; SÁ. 1996, p. 43), esse é seu objetivo principal. Essa frase evidencia a importância do pelotão para a comunidade local, tendo em vista o apoio prestado, sendo ele médico, logístico ou de segurança.

A rotina do PEF é baseada na tríade: vida, combate e trabalho. Vida, nesse contexto, representa a subsistência por meio da produção de alimentos e criação de pequenos animais, bem como a manutenção da saúde, educação e lazer dos militares e de seus familiares. O trabalho compreende a execução de serviços diversos em prol do próprio pelotão e da comunidade (assistencialismo). O combate, por sua vez, é definido pelas missões que o PEF deve estar apto a cumprir. A relação entre esses três aspectos deve ser harmoniosa e gerar a proteção da área sob sua responsabilidade (CASSÂNEGO,2017).

Os PEF são ferramentas indispensáveis para o Estado, tanto no aspecto demográfico como no de segurança, além disso eles cooperam para atingir o Objetivo Nacional de Defesa nas questões de soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial (BRASIL, 2020).

Essa integridade supracitada evidencia-se na Constituição Brasileira, forme descrito no artigo subsequente:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, como as de: atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I – patrulhamento;

II – revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

III – prisões em flagrante delito.

Ao longo da fronteira norte do Brasil, esses pelotões atuam além da simples ocupação populacional da região, trabalham, também, em benefício das comunidades locais e de tribos

indígenas que, com a chegada do Estado na região, puderam observar uma maior presença de diversas Entidades Governamentais no local, como é exemplo do PCN. Ao atualizar as atribuições e particularidades dos PEF, o livro “Fronteira do Brasil” (2018) atesta que os pelotões especiais de fronteira são os encarregados da vigilância de todo território brasileiro na Faixa de Fronteira terrestre e entre suas variadas atividades estão a exploração ilegal de minério e madeira, a biopirataria, o contrabando de armas e à exploração ilegal de madeira e minério.

As Forças Armadas participam do referido programa por meio de ações que possibilitam o atingimento dos objetivos estratégicos já mencionados, tais como: a implantação e manutenção de unidades militares na faixa de fronteira, manutenção da soberania nacional, inibindo a proliferação de ações ilícitas, além de servir de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da área, com a implantação de infraestrutura básica nos municípios da região e, principalmente, na manutenção da infraestrutura instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira, contribuindo para o desenvolvimento e integração da região amazônica. (MONTEIRO, 2020, p. 46)

De acordo com o Guia do Comandante do PEF, “a missão dos PEF envolve o campo militar (combate), a sobrevivência (vida) e a execução de serviços diversos (trabalho) em favor da OM e da comunidade civil que vive nas imediações dos respectivos aquartelamentos, devendo ser dada prioridade para a missão de combate.” (BRASIL, 2014a, p.14). Em suma, a missão principal do PEF, segundo o manual do Exército Brasileiro “O Batalhão de Infantaria de Selva”:

A vigilância da fronteira, cooperando ainda com a vivificação da área. Assim, as suas tarefas não se limitam à atividade militar, estendendo-se também às atividades complementares. Estas últimas ligam-se basicamente à produção, em pequena escala, de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal e à prestação de serviços para si próprio e para a comunidade civil existente ao redor do aquartelamento. (IP 72-20 – O BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, 1997, p. 9-4)

A importância estratégica que a Amazônia detém é inquestionável, o método de defesa aos riscos externos foi elaborado com o objetivo de tornar o PEF a “ponta da lança” (MIRANDA, 2012, p.124) de um mecanismo de defesa da região. E, ainda que os países limítrofes com a Amazônia brasileira sejam considerados periféricos e “mais frágeis” (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 175), o PEF sempre será o primeiro contato com qualquer ameaça internacional.

2.4 SEGURANÇA

No mundo atual, devido às ameaças de inúmeras naturezas, a segurança tornou-se fundamental nas diversas camadas: internacional, nacional, pública, privada e pessoal. No entanto, quando se trata de problemas que colocam em risco a integridade nacional, a segurança nacional é o conceito mais aplicado, sendo assim, torna-se inerente aos Pelotões Especiais de Fronteira a proteção e a preservação da integridade do território e dos interesses nacionais.

Walter Lippmann (1944) vê a segurança como a capacidade de um país proteger seus valores fundamentais, tanto em termos que um Estado não precisa sacrificar valores essenciais para evitar a guerra, como pode mantê-los vencendo a guerra. David Baldwin (1997) argumenta que buscar a segurança às vezes exige sacrificar outros valores, incluindo valores marginais e valores primos. Richard Ullman (1983) sugeriu que uma diminuição na vulnerabilidade é segurança. Arnold Wolfers (1952) argumenta que “segurança” é geralmente um termo normativo. É aplicado pelas nações “a fim de ser conveniente – um meio racional para um fim aceito – ou moral, o melhor ou menos mau curso de ação”. Da mesma maneira que as pessoas são diferentes em detectar e identificar perigos e ameaças, Wolfers argumenta que nações diferentes também têm expectativas diferentes de segurança. Não apenas existe uma diferença entre tolerância às ameaças, mas nações diferentes também enfrentam níveis diferentes de ameaças, devido ao seu ambiente geográfico, econômico, ecológico e político único.

No contexto dos PEF, a segurança nacional é aplicada em muitas dimensões como, por exemplo, segurança energética, ambiental e, principalmente, a de fronteira.

2.5 SISFRON

Segundo o Escritório de Projetos do Exército Brasileiro, o SISFRON é definido como:

Um sistema de sensoriamento e de apoio à decisão em apoio ao emprego operacional, atuando de forma integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de monitoramento e de ação do Estado na faixa de fronteira terrestre, potencializando a atuação dos entes governamentais com responsabilidades sobre a área. Foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, a qual orienta a organização

das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença (BRASIL, 2022a).

O sistema é constituído de subdivisões, sendo elas: logística (foca na manutenção, infraestrutura, deslocamento de suprimentos por todas regiões); colaboração nas decisões (permitindo ao tomador da medida informações claras, para que ocorra, assim, o cumprimento da resolução); tecnologia da informação e comunicações (contém a integração ininterrupta das informações dos subsistemas); segurança da informação (representa a impraticabilidade de escoamento ou interferências informacionais, garantindo, assim, a preservação na comunicação); simulação e capacidade de recursos humanos (tem por objetivo a contínua formação de operadores, assim como a dilatação do sistema).

Para a execução de suas missões, o PEF necessita de inúmeros meios, sobretudo para as de combate. O levantamento de diversas informações quanto a modificações no terreno e deslocamento de pessoas na região fronteira da Amazônia, assim como a demanda de estabelecer comunicação segura com outros PEF são situações exemplares de algumas de suas requisições. (CASSÂNEGO, 2017).

O SISFRON procura resolver essas necessidades oferecendo recursos tecnológicos com a pretensão de colaborar para o aumento do domínio e fiscalização da fronteira, conforme explica Cassânego (2017):

Tais demandas deverão ser atendidas pelo SISFRON por ocasião da plenitude de sua implementação, que entregará produtos e disponibilizará recursos para que a tropa destacada esteja em vantagem e tenha melhores condições de cumprir sua missão constitucional, utilizando, por exemplo: radares de curto e longo alcances, equipamentos de visão noturna, câmeras óticas e termais, sensores eletromagnéticos e optrônicos, torres de observação e transmissão de sinais, sistemas de treinamento e simulação, viaturas e embarcações (CASSÂNEGO, 2017).

Segundo Campos (2015), o SISFRON representa muito além do que um sistema de monitoramento e fiscalização, sendo capaz de contribuir, dessa forma, para a segurança tanto dentro como fora da faixa de fronteira, lidando, diretamente, contra a imigração ilegal e o narcotráfico.

O desenvolvimento do SISFRON pelo Exército Brasileiro deixa evidente a importância de sua participação no combate ao tráfico internacional de drogas. O sistema, em fase de implantação, permitirá um ganho excepcional no poder de controle das fronteiras pelo Estado Brasileiro, por meio de monitoramento e pronta resposta em caso de necessidade. Cabe ressaltar que, apesar de conduzido pela Força Terrestre, o projeto visa a atender a todas as agências que, de alguma forma, possuem atribuições no controle das linhas limítrofes do país, tais como Polícia Federal, Receita Federal, IBAMA, entre outras (FILHO, 2018).

A efetivação do SISFRON torna-se notoriamente necessária para a prevenção e contenção de crimes nesta região tão desamparada do Brasil, ocorrendo por intermédio da sua incorporação com as Forças Armadas, com os Órgãos Governamentais e com Estados da Federação na Defesa Nacional.

O SISFRON é uma ferramenta de acentuada importância dentro do PEF e é considerada uma metodologia inovadora porque contribui com a concepção de vigilância contínua, deixa a ideia obsoleta que fronteira resguardada é aquela rodeada de proteção física como, por exemplo, cercas e muros.

Segundo o Escritório de Projetos do Exército Brasileiro:

Foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, a qual orienta a organização das Forças Armadas sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. Os meios de sensoriamento do SISFRON estarão desdobrados ao longo dos 16.886 quilômetros da linha de fronteira, monitorando uma faixa de 150 Km de largura ao longo dessa linha, o que favorecerá o emprego das organizações subordinadas aos Comandos Militares do Norte, da Amazônia, do Oeste e do Sul. (BRASIL. 2022a).

Conforme cita Campos (2015), o SISFRON vai além de ser só um sistema de monitoramento e fiscalização, podendo, também, contribuir para a segurança da faixa de fronteira, operando contra a imigração ilegal, o crime de narcotráfico e no combate de ilícitos.

2.6 VULNERABILIDADES DA REGIÃO

Segundo Pereira (2017), os principais problemas na região da Amazônia são: o tráfico de drogas e de pessoas, a exploração ilegal de madeira e minérios, o contrabando e o descaminho. Ademais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) calculou que o Brasil tem um prejuízo estimado em 600 milhões de reais por ano devido a biopirataria (BANDEIRANTES, 2017). Desta forma, observa-se que, na floresta amazônica hoje, é possível encontrar diversos crimes contra o bioma, o Estado e o brasileiro.

A O crime transnacional é uma ameaça às instituições democráticas e à Segurança Nacional e um desafio para os ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais. Os criminosos aproveitam todas as brechas das normas jurídicas para burlar o aparato legal. (...) O crime organizado transformou-se em um fenômeno negativo e multifacetado que impede o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da sociedade, o que contribui ainda mais para que a responsabilidade de combatê-lo seja migrada da esfera estadual (segurança pública) para o nível federal (segurança

exploração ilegal de minérios que polui a natureza com mercúrio, a exploração ilegal de madeira, as queimadas e o tráfico de animais, essas atividades alteram todo o equilíbrio de fauna e flora local.

Nota-se, ainda, que uma problemática da região fronteira da região norte do Brasil é a grande imigração ilegal que tem atingido o país nos últimos anos, sendo, os principais acessos para entrada dos imigrantes, as fronteiras do Brasil com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Os principais fluxos são dos venezuelanos que acontecem, atualmente, no Estado de Roraima, dos haitianos ocorridos, principalmente, nos anos de 2011 a 2013 e no Estado do Acre com os colombianos (ARAÚJO, 2018, pg. 33). Além disso, segundo Couto (2018), pela localização geográfica do país que, além de favorecer as imigrações ilegais, favorece também o narcotráfico e outros crimes nutridos por essa atividade, devido à existência das fronteiras com os vultosos produtores de cocaína como Colômbia, Bolívia e Peru, ocorre na Amazônia uma associação entre as principais organizações criminosas brasileira, como, por exemplo, o Primeiro Comando da Capital e a Família do Norte e os cartéis que fornecem essa droga.

Cabe salientar que as ameaças que se iniciam nas regiões transfronteiriças norte não afetam apenas esta localidade, tendo seus reflexos redirecionados para todo o Brasil. Elas produzem reflexos nas grandes cidades do país que sofrem com esse aumento na incidência da violência urbana, interferindo diretamente na estabilidade da segurança pública, como é o caso de grandes centros como o Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2018, apud PRAZERES, 2015, p. 34).

2.7 MISSÕES MILITARES NA FRONTEIRA

As operações do Exército Brasileiro (EB) têm combatido os crimes nas faixas de fronteira norte do Brasil de maneira incisiva desde 2000. Conforme é visto no inciso IV do artigo 17A da lei complementar número 117, de 02 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004) que alterou a lei complementar número 97, de 09 de junho de 1999 (BRASIL, 1999), a Força Terrestre em local de fronteira deve atuar em operações isoladamente ou em apoio a outras agências, usando de medidas preventivas ou repressivas contra os delitos transfronteiriços e ambientais. Nesse sentido, essas operações abrangem uma ampla gama de atividades que vão desde patrulhamentos terrestre até a vigilância aérea, passando pelo combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas.

Devido à complexidade dos problemas encontrados, o EB tem realizado operações que envolvem uma estreita colaboração com as autoridades locais e estaduais, bem como com agências governamentais e organizações internacionais, as chamadas operações de cooperação e coordenação com agências (OCCA). NUNES (2018) aponta alguns desses programas: Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), Projeto Rondon (que objetiva cooperar com a formação dos jovens universitários para o progresso de forma sustentável nas cidades mais carentes) e as operações Sentinela e Ágata.

Conforme Brasil (2017):

São operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendem ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

Como exemplo dessas ações conjuntas do EB, tem-se a Operação Verde Brasil 2 que ocorreu em 11 de maio de 2020, contou com agentes da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Agência Brasileira de Inteligência e da Força Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2020) e tinha por finalidade combater focos de incêndio, desmatamento e garimpo ilegal no território da Amazônia Legal. Segundo o Ministério da Defesa (2021):

Durante a operação, foram empregados cerca de 2,5 mil militares e agentes de órgãos de controle ambiental e de segurança pública. No total, foram mais de 100 mil inspeções, de patrulhas navais, terrestres e aéreas. Entre os pontos de destaque, estão a apreensão de 504,6 mil metros cúbicos de madeira, 2.015 embarcações e 899 veículos e tratores (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2021)

2.7.1 Operação Ágata

No ano de 2011, deu-se início a Operação Ágata e cuja incumbência parte do Ministério da Defesa, essa operação se configura pelas seguintes particularidades: repressão, fiscalização, controle e prevenção dos delitos transfronteiriços e dos crimes executados na região de fronteira brasileira. Ainda que seja uma operação interagência, ou seja, uma operação conjunta entre as Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil, e outros órgãos presentes na região, a liderança dela é exercida pelas Forças Armadas, mais especificamente o

Exército Brasileiro. Esta seria “a principal ferramenta usada pelo Ministério da Defesa no combate aos delitos transfronteiriços principalmente o narcotráfico, além de ser a maior concentração de agências governamentais e não-governamentais no combate a tais ilícitos” (SILVA, 2017, p. 34). Conforme citado pelo coronel Sebastião Lopes de Vasconcelos Filho:

As Operações Ágata são realizadas em períodos predeterminados, oportunidade em que os países fronteiriços são comunicados previamente e convidados a auxiliarem nas atividades, posicionando tropas ou observadores em seus territórios, a fim de acompanharem as operações do lado do Brasil. Essas Operações contam com ações de vigilância e fiscalização do espaço aéreo e dos principais rios e estradas que dão acesso ao território nacional, proporcionando, inclusive, assistência médica, odontológica, hospitalar e social às comunidades, povoados e cidades isoladas.” (VASCONCELOS FILHO, 2014)

Com isso, a Operação Ágata é dividida em dois principais momentos, o primeiro relaciona-se às Forças Armadas estruturada junto aos Centros de Operações Conjuntas e nessa fase estavam conjecturadas medidas preventivas e repressivas em áreas previamente determinadas por esses centros. Após isso, estavam previstos acordos conjuntos com todos países que fazem fronteira com as regiões brasileiras em que está sendo transcorrida a operação. Até o momento em que o perímetro onde a Operação Ágata ocorreria estava sendo traçado, sucedeu-se um acordo cooperativo entre os Ministérios da Defesa e da Justiça e, além disso, foi realizada uma operação de inteligência responsável por conceber um relatório da situação das fronteiras como lugar extremamente acometível, principalmente, ao crime organizado. “A partir destas constatações foi feita uma reunião decisória, onde foram acordados objetivos para elaborar o planejamento operacional e executar as operações” (SILVA, 2013, p. 103).

No decurso da Operação Ágata, militares do 2º Pelotão Especial de Fronteira encontraram uma embarcação no rio Içá com aproximadamente duas toneladas de maconha. Ademais, o 3º e o 5º Pelotões Especiais de Fronteira ao efetuarem patrulhamentos, realizaram a apreensão de 750 kg e 461 kg de maconha, respectivamente, totalizando 5,3 toneladas da droga apreendidas ao final da operação (QUEIROZ, 2018). Essa operação é uma das inúmeras realizadas no Norte do Brasil com a participação do EB e, conseqüentemente, dos Pelotões Especiais de Fronteira.

A Operação passa a ser realizada o ano inteiro, em pontos focais, por tempo curto, mas em toda a faixa terrestre e molhada. Não significa que as operações ocorrerão nos 365 dias do ano, mas que podem ser desencadeadas em qualquer momento, privilegiando sempre o efeito surpresa. Antes, havia divulgação antecipada das operações e as ações ocorriam em período de tempo determinado e locais pré

estabelecidos, de conhecimento público. Agora, o planejamento ocorrerá em sigilo de forma que a comunidade e as organizações criminosas sejam surpreendidas com as ações da Ágata (FIGUEREDO, 2017, p. 82).

Desse modo, a Operação Ágata mostrou-se como um recurso importante para o Estado, sobretudo na intenção de integrar todos aspectos em que o governo, nessa região do Brasil, não logra êxito, tanto na área da Segurança, como na perspectiva relacionada a Defesa. Isso torna-se possível mediante a busca de coordenação e integração entre as Forças Armadas e todas as agências presentes na região. Além disso, a associação dos esforços dessas instituições verificam-se como fundamentais, bem como a conformidade das políticas entre os entes, pois só dessa forma haveria congruência de ideias, assim como a coerência e a legitimidade, impossibilitando a dualidade das ações, o desperdício de meios e o dissenso de resultados durante a operação. (PIRES, 2013, p. 91)

2.7.2 Operação Acolhida

O Exército Brasileiro recebeu a incumbência de planejar, coordenar e executar uma resposta a problemática advinda da vultuosa entrada de migrantes venezuelanos pela fronteira do norte do Brasil. Segundo informações da polícia federal, 42 mil migrantes da Venezuela entraram – e não saíram – em Roraima no ano de 2017, representando 10% da população do estado que é de cerca de 400 mil habitantes (MONTEIRO, 2018). Sendo assim, o Ministro da Defesa expediu uma diretriz, no dia 28 de fevereiro de 2018, autorizando a Operação Acolhida:

De acordo com os Decretos Presidenciais nº 9.285 e nº 9.286, ambos de 15 de fevereiro de 2018, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República reconheceu a situação de vulnerabilidade no Estado de Roraima, decorrente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela, que resulta no aumento populacional desordenado e imprevisível, na dificuldade de prestação dos serviços públicos essenciais e na necessidade de acolhimento humanitário no território nacional e, por conseguinte, instituiu o Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a essas pessoas. Nesse sentido, informo aos Comandantes das Forças Armadas que decidi autorizar a execução da Operação ACOLHIDA, sob a coordenação deste Ministério, com o emprego de meios necessários para o apoio logístico a órgãos públicos, com vistas a cooperar no desenvolvimento de atividades humanitárias, no Estado de Roraima. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2018a)

Conforme (PINHO, 2019, p. 15) a Operação Acolhida “[...] foi a maior operação de ajuda humanitária ocorrida na América do Sul e teve como fato gerador uma nova realidade

mundial: a migração humana”. Nesse sentido, atuou na 1º e 2º fase da operação, o 3ºPEF/7ºBIS, que se encontra na localidade de Pacaraima (divisa com a Venezuela), o acesso a ele é facilitado pela BR 174 que o liga com a cidade de Boa Vista, sendo esse pelotão, ainda, constantemente empregado em operações interagências com a PF. Cita, ainda, Pinho (2019), que o 3º PEF constituiu engrenagem indispensável, no decorrer da Operação Acolhida, em virtude da sua localização geográfica, por exemplo, na fase de ordenamento: momento em que o pelotão auxiliou cedendo instalações para a Base de Apoio de Pacaraima na missão de controle e identificação dos imigrantes. O pelotão ficou encarregado de fornecer gêneros alimentícios aos imigrantes dos abrigos e o seu posto de saúde foi responsável por prestar atendimento a, aproximadamente, 600 militares que estavam envolvidos nesta ação.

Conclui-se que o 3ºPEF teve indeclinável importância para realização da Operação Acolhida, visto que sua localidade estratégica e suas instalações concederam ao Governo Federal ferramentas para exercer seu poder na região norte do Brasil. Usou da coordenação e do controle da entrada acentuada de imigrantes venezuelanos e, assim, impediu que ocorresse a desordem na região e os excessos nos sistemas públicos que impossibilitavam o governo local de agir pelo bem-estar de seu povo.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter quantitativo executada em dois ramos, o primeiro utilizando-se de referenciais bibliográficos, documentos e artigos anteriores com a finalidade de verificar características relevantes do bioma amazônico e apontar ocasiões em que se presenciam a real manutenção da segurança na faixa de fronteira do Brasil por parte dos Pelotões Especiais de Fronteira. O segundo ramo foi desempenhado objetivando verificar por parte de militares que presenciaram *in loco* as missões executadas por essa tropa. Essa verificação foi executada por meio de um questionário online, visto que, alguns deles, ainda se encontram servindo em quartéis de difícil acesso.

3.2 MÉTODOS

3.2.1 Estudo de documentos, referenciais bibliográficos e artigos anteriores

Foram realizadas buscas em livros, manuais e revistas institucionais, utilizando o método indutivo. A pesquisa foi elaborada em fontes que possuem conteúdos que agregam ao trabalho, sendo seus autores, figuras de reconhecida experiência no assunto, fato que trará fundamento as conclusões tiradas ao final do trabalho.

3.2.2 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu com as seguintes etapas: coleta de dados, seleção e tabulação desses dados, análise e interpretação dos dados, representação desses dados em tabelas e gráficos e, após isso, apresentação de conclusões e resultados. Essa coleta foi realizada por meio de um questionário elaborado com o objetivo de colher dados a respeito de militares que tiveram a oportunidade de servir em algum PEF ou em alguma OM que esteja

diretamente conexas a esse pelotão e averiguar se esses militares verificaram se o PEF está logrando êxito na manutenção da segurança na faixa de fronteira do Brasil.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

O questionário foi elaborado com o propósito principal de atingir o objetivo deste trabalho e, para isso, utilizou-se das redes sociais para o envio da pesquisa, pois a entrevista pessoal era dificultada pela distância dos militares aos quais a pesquisa pretendia alcançar. Dessa forma, com o auxílio dos meios de comunicação, a pesquisa deu-se de maneira rápida e eficiente, obtendo-se, assim, um bom entendimento a respeito do combate aos delitos transfronteiriços e a missão de vivificação da área por parte dos PEF, verificando-se, ainda, se os meios e o pessoal empregado nessas frações são suficientes ou não.

3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Como instrumento de pesquisa foi empregado o questionário on-line. Foram utilizadas questões de múltipla escolha e caixas de seleção, além de lacunas em aberto objetivando incrementar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com observações adicionais, aprofundando, dessa forma, o assunto com experiências vivenciadas por militares que puderam constatar *in loco* a realidade de um PEF.

3.5 ANÁLISE DE RESULTADOS

As informações coletadas com o questionário foram interpretadas e relatadas por meio de gráficos de barra ou circulares, com o propósito de facilitar a visualização dos resultados obtidos em cada pergunta a que os militares foram submetidos. Dessa forma, pôde-se verificar o percentual alcançado em cada alternativa e exibir respostas específicas relatadas por militares que as responderam de maneira voluntária. Os resultados da pesquisa serão expostos a seguir.

3.5.1 O Pelotão Especial de Fronteira na Manutenção da Segurança da Faixa de Fronteira do Brasil

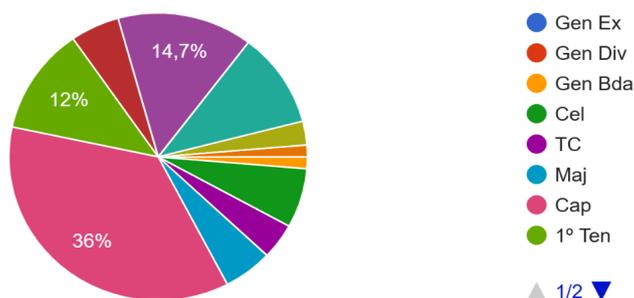
Em sua totalidade, a pesquisa obteve 75 respostas, as quais foram realizadas por oficiais, praças, cabos e soldados que tiveram a experiência de servir ou visitar um DEF, PEF ou CEF.

Primeiramente, foram feitas perguntas introdutórias para identificar o militar e verificar sua conformidade com a pesquisa que era direcionada a militares que servem, serviram ou visitaram algum PEF do CMA ou do CMN. A identificação nominal e da OM atual do militar não eram de caráter obrigatório, a fim de manter o caráter sigiloso das respostas, de acordo com o termo de consentimento que foi descrito no início da pesquisa.

Militares de todas as patentes foram possibilitados a realizar a pesquisa (Gráfico 1), visto que em um PEF, DEF ou CEF existem oficiais, praças, cabos e soldados, e, além disso, mensalmente, muitas comitivas visitam suas instalações e, seguidamente, tais visitas são realizadas por oficiais gerais. A maior parte dos dados apresentados foram obtidos por respostas de capitães (36%), seguido por Sub Tenentes (14,7%) e 1º Tenentes (12%), além disso, a pesquisa obteve respostas, também, das demais patentes, desde Gen Bda até Cabo.

Gráfico 1 – Posto e graduação dos militares que responderam

Primeiramente, qual o Posto/Graduação do(a) Sr(a)?
75 respostas



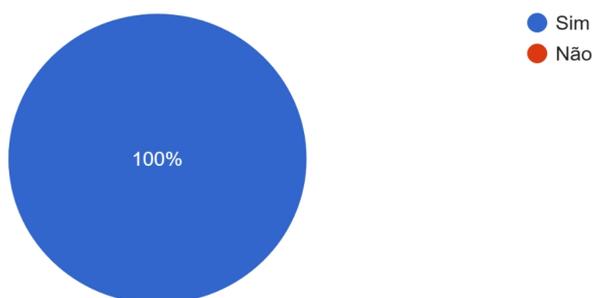
Fonte: O Autor (2023)

Na sequência, com a finalidade de delimitar a pesquisa, foi questionado se o militar serve ou já teve a oportunidade de servir em uma OM localizada no CMN ou no CMA, visto que a pesquisa delimita-se aos DEF, PEF ou CEF da Amazônia que é abrangida justamente

por esses Comandos Militares. Com isso, obteve-se um total de 100% de respostas “Sim”, promovendo amparo as respostas obtidas.

Gráfico 2 – Delimitação ao CMA e/ou CMN

O(a) Sr(a) serve/serviu em uma OM situada no CMA e/ou CMN?
75 respostas

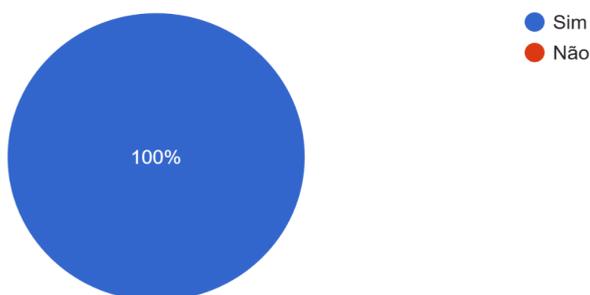


Fonte: O Autor (2023)

A seguir, foi perguntado se o militar pôde servir ou visitar um DEF, PEF e/ou CEF, podendo, dessa forma, compartilhar suas experiências vivenciadas quando observou a tropa *inloco*.

Gráfico 3 – Oportunidade de conhecer *inloco* algum DEF, PEF e/ou CEF

O(a) Sr(a) teve a oportunidade de conhecer inloco algum DEF, PEF e/ou CEF?
75 respostas



Fonte: O Autor (2023)

Na sequência, foi perguntado de que maneira o militar conheceu o DEF, PEF e/ou CEF, se foi por ter servido no local ou por visitação. Foi possibilitado ao militar selecionar as

duas opções, visto que muitos militares que serviram nessas localidades, também puderam visitar outra. Com isso, 48% dos militares que responderam serviram nesses locais, já 72% puderam visitar algum DEF, PEF e/ou CEF.

Gráfico 4 – Como o militar conheceu o DEF, PEF e/ou CEF

Como o(a) Sr(a) conheceu o(s) DEF/PEF/CEF? (Pode ser marcada mais de uma opção)
75 respostas

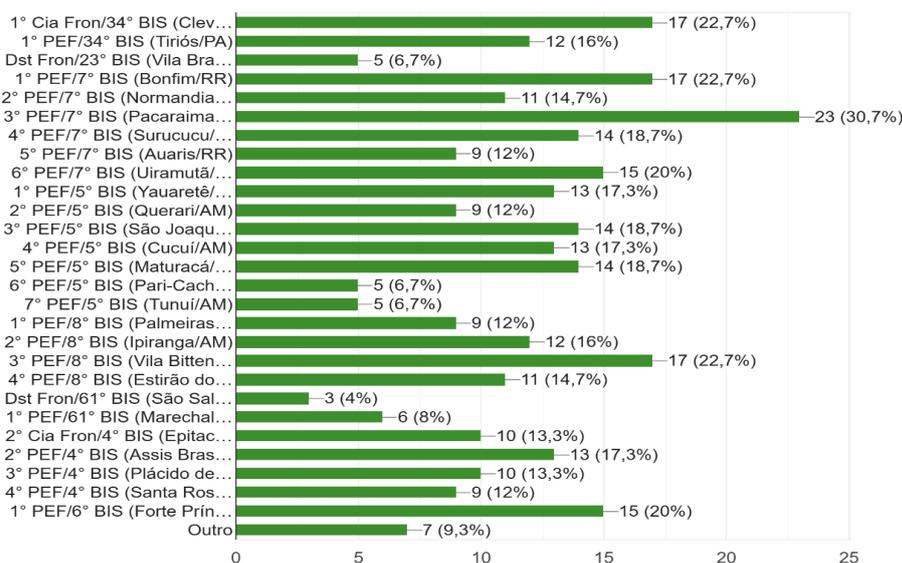


Fonte: O Autor (2023)

Posteriormente, foi possibilitado ao militar marcar nas caixas de seleção quais DEF, PEF e/ou CEF ele pôde conhecer, sendo por tempo de serviço ou por visita. Com o gráfico abaixo verifica-se que todas as opções foram marcadas, com destaque ao 3º PEF/7º BIS de Pacaraima que obteve um total de 30,7% das marcações.

Gráfico 5 – DEF, PEF e/ou CEF que foram conhecidos

Qual(is) o(s) DEF/PEF/CEF que o(a) Sr(a) conheceu? (Pode ser marcada mais de uma opção)
75 respostas



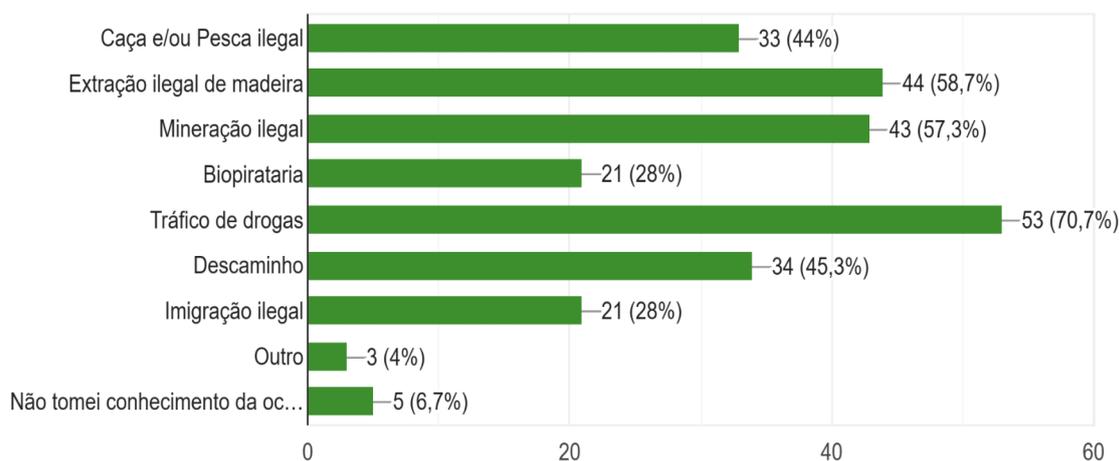
Fonte: O Autor (2023)

Na sequência, o militar foi questionado se tomou conhecimento da ocorrência de algum delito transfronteiriço na área de responsabilidade do aquartelamento. Assim como a pergunta anterior, foi possibilitada a marcação de múltiplas opções. Os delitos que foram possibilitados para marcação foram os seguintes: caça e/ou pesca ilegal (44%), extração ilegal de madeira (58,7%), mineração ilegal (57,3%), biopirataria (28%), tráfico de drogas (70,7%), descaminho (45,3%), imigração ilegal (28%) e outro (4%).

Gráfico 6 – Crimes transfronteiriços

O(a) Sr(a) tomou conhecimento da ocorrência, na área do(s) DEF/PEF/CEF, de algum dos seguintes delitos transfronteiriços: (Pode ser marcada mais de uma opção)

75 respostas



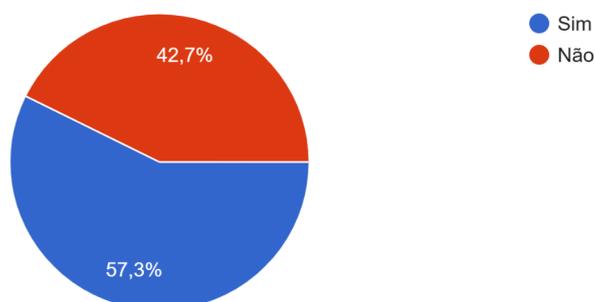
Fonte: O Autor (2023)

A seguir, foi perguntado se o DEF, PEF e/ou CEF possuía efetivo suficiente para o cumprimento de suas missões. Com isso, 57,3% dos entrevistados responderam que o efetivo é suficiente e 42,7% respondeu ao contrário, que o quantitativo pessoal não é suficiente.

Gráfico 7 – Suficiência do efetivo

O(a) DEF/PEF/CEF possui(ía) efetivo suficiente para cumprir suas missões?

75 respostas



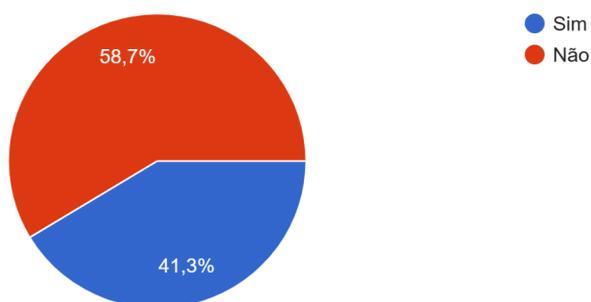
Fonte: O Autor (2023)

Da mesma forma que na pergunta anterior, foi questionado se os meios materiais disponíveis no DEF, PEF e/ou CEF são ou não suficiente para o cumprimento de suas missões. Assim, 58,7% afirmou que esses meios não são suficientes, já 41,3% informou que tais meios são suficientes.

Gráfico 8 – Suficiência de meios

O(a) DEF/PEF/CEF possui(ía) meios suficientes (material) para cumprir suas missões?

75 respostas



Fonte: O Autor (2023)

A seguir foi proposto ao entrevistado que, caso tenha respondido “Não” a algum das duas perguntas anteriores, escreva quais as principais deficiências observou. A seguir serão

expostas algumas respostas obtidas, mantendo, segundo o termo de consentimento, o anonimato do respondente.

Resposta 1:

“Soro antiofídico, pois estava em falta em alguns PEF na cabeça do cachorro, radares de vigilância terrestre e SARP, no mínimo CAT I (previsto para fase 2 do projeto sisfron), embarcações do tipo Guardian para as frações que se localizam próximas a rios, dificuldade de apoio aéreo pelo 4º BAvEx por conta da grande demanda x quantidade de aeronaves”.

Resposta 2:

“No Destacamento de Vila Brasil (pertencente ao 34ºBIS) a área a ser patrulhada não condiz com o efetivo empregado, bem como não há meios nem recursos suficientes para o efetivo patrulhamento da fronteira”.

Resposta 3:

“Meios tecnológicos que permitam monitorar a fronteira. Ademais, o efetivo reduzido permite apenas atuar pontualmente contra os crimes transfronteiriços e ambientais na região”.

Resposta 4:

“Vários PEF têm um problema sério de suprimento. A FAe está com limitações para o apoio Ae na R Amazônica. Além disso, O QDM dos Pel, são QDM de Pel Fuz Sl e não QDM de Pel PE. Para se combater criminosos na fronteira não é preciso apenas um complemento de material: é necessário uma intensa e criteriosa capacitação técnica e seleção do pessoal mais apto para a atividade.

Resposta 5:

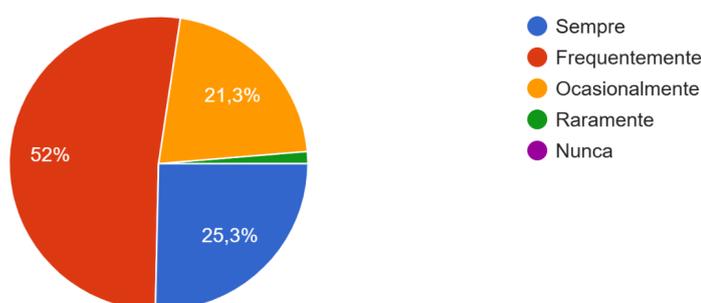
O recebimento de suprimentos via aeronave, bem como, a quantidade de munição suportaria apenas algumas horas de combate.

A seguir, o respondente foi questionado se o DEF, PEF e/ou CEF cumpre as missões de “Combate aos Delitos Transfronteiriços” e de “Vivificação da Área”, com objetivo de atingir o objetivo principal dessa pesquisa. As opções para marcação e suas porcentagens foram as seguintes: sempre (25,3%), frequentemente (52%), ocasionalmente (21,3%) e raramente (1,3%), a opção “Nunca” não foi marcada.

Gráfico 9 – Cumprimento das missões de “Combate aos Delitos Transfronteiriços” e de “Vivificação da Área”?

Na opinião do(a) Sr(a), o(a) DEF/PEF/CEF cumpre(ia) as missões de “Combate aos Delitos Transfronteiriços” e de “Vivificação da Área”?

75 respostas



Fonte: O Autor (2023)

A última pergunta da pesquisa foi um espaço livre para que o militar fizesse alguma observação que julgasse pertinente acerca de sua experiência nos DEF, PEF e/ou CEF. Abaixo serão expostos algumas respostas obtidas.

Resposta 1:

“Acredito que pela imensidão da área a ser protegida, o aumento do efetivo nunca iria ser o suficiente para cumprir a missão com total eficiência. Para isso, deve ocorrer um grande investimento dos meios de monitoramento como radares de vigilância terrestre, seções SARP, patrulhamentos mais rotineiros do espaço aéreo através dos esquadrões de Anv A-29 (os que já ocorre na região de Porto Velho) e, por fim, uma melhor redistribuição da frota Av Ex, visto que a região amazônica se apresenta como o território de mais difícil acesso e, atualmente, a maior quantidade da frota está localizada na região centro-sul do território nacional”.

Resposta 2:

“A existência de tais Unidades, na fronteira norte, principalmente, tornou-se desde a implantação, a única presença do Estado, como garantidora da ‘soberania nacional’. Os rios da região, em muitos casos, são o único caminho para a entrada em território brasileiro, visto que a selva é intransponível, portanto, em cada ‘unidade’ instalada na entrada destes rios, está a garantia da lei”.

Resposta 3:

“Os DEF/PEF/CEF foram idealizados para atuarem com outros segmentos da segurança, tais como: PF, PRF, IBAMA, FUNAI, PM e outros. Para isso, existe em cada PEF o pavilhão de terceiros que deveria abrigar essas representações. Ocorre que, depois de décadas, os PEF continuam atuando isoladamente e com raríssimas participações das outras agências. O Exército tem implementado, por intermédio do Programa Amazônia Protegida, a modernização das infraestruturas dos PEF e equipado com meios mais modernos de combate e de vigilância por intermédio dos Programas OCOP e SISFRON. O programa Calha Norte do MD contribui com recursos para a melhoria das condições de vida e trabalho nos PEF em sincronia com o Programa Amazônia Protegida. O Planejamento Estratégico do Exército tem especial atenção para a Amazônia e, em particular, para com os PEF, prevendo diversas iniciativas estratégicas que visam aprimorar as capacidades operacionais e logísticas dos PEF e também oferecer melhores condições de vida para a família militar”.

Resposta 4:

“As dificuldades geradas pela carência de material e de efetivo, defasagem tecnológica e amplitude territorial, tem sido atenuadas pelo espírito de cumprimento de missão dos bravos brasileiros que conquistaram e tem mantido até os dias de hoje nossa Brasileira Amazônia. O sucesso no cumprimento das missões que são incumbidos os militares destacados na faixa de fronteira amazônica, depende não só do comprometimento desses abnegados profissionais, que têm se superado dia após dia, más fundamentalmente da real atenção que o poder público deve dispensar para essa importante atividade, através da alocação dos recursos necessários para fazer frente as inúmeras demandas logísticas e operacionais!”.

Resposta 5:

“O Fator presença dos PEF/DEF é muito importante. De forma isolada, os PEF/DEF possuem capacidades limitadas para este tipo de atuação. As operações com tropas dos batalhões e brigadas na Faixa de fronteira aumentam a efetividade consideravelmente”.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Verificando os gráficos gerados pelas respostas supracitadas, verificou-se a verdadeira e notória importância do PEF na manutenção da segurança na faixa de fronteira do Brasil, visto que muitos militares esclareceram em suas respostas abertas que essas tropas são a única presença do Estado na região, frente a inúmeras problemáticas como, por exemplo, o combate aos delitos transfronteiriços. É possível analisar no Gráfico 6 que 70,7% dos militares defrontaram-se com o tráfico de drogas na região, além disso, verifica-se que mais da metade dos entrevistados tomaram conhecimento da extração ilegal de madeira e da mineração ilegal, sendo possível, ainda, constatar que apenas 6,7% dos entrevistados, que estiveram *in loco* nos DEF, PEF e/ou CEF, deixaram de ter ciência de ao menos um dos delitos transfronteiriços que ocorrem na região. Dessa forma, infere-se que é recorrente, na faixa de fronteira, esses atos criminosos que prejudicam a floresta amazônica e a segurança na área, porém, sem a existência dos PEF, esses delitos decorreriam sem repressão e com frequências maiores.

Analisando, junto aos delitos transfronteiriços, a questão da contribuição dos pelotões para a vivificação da área (Gráfico 9), notou-se que a opção “sempre” não alcançou a maioria das respostas, sendo a opção “frequentemente” a mais escolhida com 52%, esse fato interliga-se com algumas respostas que foram expostas no espaço livre do questionário, destinado para o entrevistado apresentar observações que julgasse pertinente sobre sua experiência nos DEF, PEF e/ou CEF. Como exemplo disso, os militares explanaram a respeito da carência de efetivo dos pelotões defronte a imensidão da faixa de fronteira, uma vez que, apesar dessas unidades destacadas representarem uma considerável presença do Estado no local e um símbolo importante de vivificação, ainda são considerados limitados em quantidade de militares servindo no local.

Ao observar o Gráfico 8, é coerente afirmar que a maioria dos entrevistados, com 58,7%, apontaram que os pelotões não possuem meios materiais suficientes para cumprir suas missões e apenas 41,3% afirmaram que sim. Nessa pergunta havia a possibilidade de expor as principais deficiências encontradas pelos militares que responderam “não”, em suas respostas é possível constatar novamente a questão do baixo efetivo, porém, foram elencados outros fatores preponderantes como a carência de soro antiofídico, a dificuldade de apoio aéreo que traz consigo a problemática do suprimento e, também, a questão do monitoramento por meios tecnológicos. Desse forma, a carência de meios materiais torna mais dificultoso o cumprimento das missões dos PEF, porém, a abnegação e o preparo dos militares que atuam nessa região atenuam essa pouca demanda oferecida, mantendo, ainda assim, o êxito em suas

missões com o efetivo existente (Gráfico 7). Como foi explanado por um dos entrevistados, no espaço livre para observações, o Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro, através dos Programas Calha Norte (MD), Amazônia Protegida (EB) e do SISFRON, não tem medido esforços para melhorar as condições de vida e de trabalho nos PEF, investindo em novas instalações e equipamentos militares, bem como proporcionando meios mais modernos e eficazes de combate e de vigilância.

Por fim, é possível observar o Gráfico 7, de extrema importância para esta trabalho, o qual demonstra que o efetivo dos DEF, PEF e/ou CEF é considerado, por 57,3% dos entrevistados, suficiente para o cumprimento de suas missões, tal resposta, inicialmente, aparenta confrontar com as observações feitas pelos entrevistados acerca da carência de efetivo, porém, é necessário compreender que, independente da quantidade de militares imbuídos em uma missão, com aprimoramento técnico profissional e fé na missão do Exército, esta será cumprida. A partir desse fato, conclui-se que o aumento do efetivo nas áreas de fronteira angariaria maior atuação geográfica tanto contra os delitos transfronteiriços, quanto com a vivificação da área, porém, a missão seguirá sendo cumprida com êxito, nas áreas dos PEF, enquanto houver os militares com espírito de cumprimento de missão servindo na região e incutidos de manter a segurança na faixa de fronteira do Brasil.

Dessarte, observando os resultados, pode-se depreender que os Pelotões Especiais de Fronteira, apesar das dificuldades empreendidas pela própria situação remota da região, são capazes de assegurar e manter a segurança na faixa de fronteira do Brasil. Desse modo, esses pelotões de infantaria alcançam êxito no cumprimento de suas missões e na vivificação da área, contribuindo de forma positiva para a soberania do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico deste trabalho permitiu compreender que, com a riqueza da flora, da fauna e principalmente, dos recursos naturais, a Floresta Amazônica tornou-se palco de diversos crimes transfronteiriços que, agravado por sua condição de fronteira com países produtores de ilícitos e, ainda, possuindo diversos vazios demográficos, acarretou uma grande dificuldade de controle e de segurança na região. Logo, sendo o Exército Brasileiro um legítimo defensor da pátria, criou os Pelotões Especiais de Fronteira para atuar nessas localidades, através dos Batalhões de Infantaria de Selva. Sendo assim, os PEF possuem a importante missão de vivificar e manter a segurança nessas faixas de fronteira do Brasil.

Com base em pesquisas bibliográficas, em documentos e no questionário do referencial metodológico, pode-se observar que os principais perigos que assolam a região amazônica (narcotráfico ou crimes contra fauna e flora) são combatidos pelo Exército Brasileiro, com apoio de outros órgãos de segurança, através dos PEF os quais atuam de forma incisiva sobre os problemas. Além disso, com o objetivo de mitigar os delitos transfronteiriços e tornar a região norte mais segura, esses pelotões contribuem com a vivificação da área, pois se tornam núcleos de colonização, prestando apoio de saúde e de suprimento para as comunidades civis que existem ao redor dos pelotões. É importante citar que essas tropas são adestradas para coibir delitos e executar patrulhamentos nas áreas de fronteira, visto que o êxito nas operações que ocorreram nos últimos anos como, por exemplo, a Operação Ágata, atestou a capacidade de combate dos PEF os quais demonstraram competência necessária para combater os crimes transfronteiriços que ocorrem na Amazônia.

Com a finalidade de cumprir os objetivos deste estudo, foi possível averiguar uma crescente modernização das tropas atuantes do norte do Brasil. O SISFRON tem proporcionado uma metodologia inovadora de monitoramento contínuo, através da tecnologia, ao longo de toda faixa de fronteira, fato que contribui para a fiscalização e segurança. Assim, nota-se a existência de uma preocupação com a modernização do Exército Brasileiro que passa a encontrar uma vantagem no combate diante das vulnerabilidades que o ambiente amazônico oferece. Além disso, torna-se imprescindível que o EB mantenha os trabalhos realizados nos PEF, porém, também, busque aumentar suas unidades e seus efetivos na região com o intuito de abranger uma área maior e intensificar a presença militar nessa área estratégica, a fim de proteger mais incisivamente a soberania do Brasil.

Por fim, esta pesquisa torna-se de suma importância, pois busca destacar a importância dos PEF para a segurança das fronteiras do país e, com isso, conscientizar a população sobre as grandes proporções que os delitos transfronteiriços alcançaram na última década. Além disso, salienta o trabalho de total abnegação dos militares que combatem nesses locais remotos, a fim de aumentar e manter a segurança nas faixas de fronteira do Brasil.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz N. **Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, pp. 7-30, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 de maio de 2023.

ARAÚJO, Marco Aurélio Bezerra de. **As Operações Militares Desenvolvidas na Faixa de Fronteira da Região Amazônica: atuação do Comando Militar da Amazônia nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.** 2018. Disponível em: <http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4119/1/MO%205952%20-%20ARA%20C3%9AJO.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2023.

BANDEIRANTES. **Ibama estima prejuízo de US\$ 600 milhões.** 2017. Disponível em: <https://noticias.band.uol.com.br/cidades/amazonas/noticias/100000855843/ibama-estimaprejuizo-de-us-600-mi-com-biopirataria-na-amazonia.htm>. Acesso em: 1 mai. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar n. 97 de 1999 de 09 de junho de 1999.** Brasília, 09 de junho de 1999

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei Complementar número 97, de 09 de junho de 1999.** Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília: Diário Oficial da União, de 10 de junho de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97compilado.htm. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Operações.** Brasília: Exército Brasileiro, 2017

BRASIL. Comando Militar da Amazônia. **Guia do Comandante de Fronteira.** 2. ed. Jan. 2017. Acesso em: 6 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto no 9.285. 15 de fevereiro de 2018a. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.** Acesso em: 06 de maio de 2023.

BRASIL. **Decreto no 9.286. 15 de fevereiro de 2018.** Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Acesso em: 06 de maio de 2023.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional.** São Paulo: Ed UNESP, 2012, 576 p.

CAMPELO, L. **Operação destrói equipamentos em garimpos ilegais no Pará.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/11/operacao-destroi-equipamentos-em-garimpos-ilegais-no-para>. Acesso em: 10 mai. 2023.

CAMPOS, M. J. M. D. **Sistema de Monitoramento Integrado de Fronteiras e sua possível participação na cooperação internacional de defesa.** Brasília – DF. 2015. Acesso em: 1 mai. 2023.

CARDOZO, A. **A Guerra na Selva: De Xapuri a Xambioá a árdua missão de defender a Amazônia.** Porto Alegre: Simplíssimo, 2021. E-book. ISBN 9786558901174.

CASSÂNEGO, Guilherme André. **O emprego dos Pelotões Especiais de Fronteira no combate aos ilícitos transfronteiriços e a ampliação de suas capacidades por meio do SISFRON.** Revista Agulhas Negra1, p. 11 - 16, jan/dez 2017, Resende, p. 11-16, 2017. Acesso em: 1 mai. 2023.

COUTO, Aiala Colares. **Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém, v. 5, p. 64-81, 2018. Disponível em: http://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/124/pdf_112. Acesso em: 01 mai. 2023.

DEFESANET. **17º Batalhão de Fronteira realiza reconhecimento de fronteira.** Defesa Net. Corumbá, 2011. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/2306/17%C2%BA-Batalhao-de-Fronteira#realiza-reconhecimento-de-fronteira>. Acesso em: 24 jan 2023.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS DO EXÉRCITO. **Exército Brasileiro – Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras**. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Instruções Provisórias IP 72-20 – O Batalhão de Infantaria de Selva**. Brasília, DF, 27 jan. 1997.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Pelotões especiais de fronteira**. 2015. Disponível em: <www.forte.jor.br>. Acesso em: 24 jan 2023

EXÉRCITO BRASILEIRO. **SISFRON - “Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras.”**. [S. l.], 14 dez. 2022. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron#portal-siteactions>. Acesso em: 5 maio 2023.

FEIJÃO, A.J. & PINTO, J.A. **Amazônia e a saga do Ouro do Século 20**. In: Garimpo, Meio Ambiente e Sociedade Indígenas, p.18-36. Ed: L. Barbosa; A.L. Lobato; J.A. Drummond, EDUFF. Niterói: Ed. Universidade. Fluminense, 1992. FERREZIN, Carla Cristina Wrbieta. Meira Mattos, leitor de Claus. Acesso em 07 mai. 2023.

FIGUEREDO, Safira Maria. **Operação Ágata: o poder de polícia das Forças Armadas**. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá - Mato Grosso do Sul, 2017. Acesso em: 5 mai. 2023.

FILHO, Rezende Guimarães. **O sistema de defesa da Amazônia e a fronteira. Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Norte**. v.3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro, 2018. Acesso em: 1 mai. 2023.

IPEA; PNUD; FJP e colab. **Radar IDHM: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017**. [S.l: s.n.], 2019. v. 24. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em 12 de abril de 2020.

ISP. **Instituto Sociedade, População e Natureza. Fauna e Flora.** Disponível em: <<https://ispn.org.br/biomas/amazonia/fauna-e-flora-da-amazonia/>>. Acesso em 1 de mai. de 2023.

JÚNIOR, Alceu Balbim; VEY, Ivan Henrique. **Desafios logísticos na Amazônia.** 2010. Disponível em: <https://www.logisticadescomplicada.com/desafios-logisticos-na-amazonia/>. Acesso em: 01 mai 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Amazônia.** 2023. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia.html>. Acesso em: 1 mai. 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Operação Brasil Verde 2 completa 11 meses de atuação com a redução de quase 20% de desmatamento.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/operacao-brasil-verde-2-completa-11-meses-de-atuacao-com-reducao-de-quase-20-no-desmatamento>. Acesso em: 6 mai. 2023.

MIRANDA, W. D.; NASCIMENTO, D. M. **A Defesa Nacional e a proteção da Amazônia: a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Amazônia Protegida.** In: Anais do VI Encontro Nacional da Anppas. Belém: Ed. ANPPAS, p.1-20, 2012. Acesso em: 6 mai. 2023.

MONTEIRO, Gustavo Henrique do Nascimento. **Os reflexos da estratégia de Defesa na região amazônica no desenvolvimento de sua integração regional no século XXI.** Rio de Janeiro: ECEME, 2020, p. 46. Acesso em: 6 mai. 2023.

MONTEIRO T. **Brasil dobra controle militar sobre refugiados na fronteira com a Venezuela.** O Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-dobra-controle-militarsobre-refugiados-na-fronteira-com-a-venezuela,70002187473>>., Acesso em 06 mai. 2023.

NUNES, Rogério Marques. **A presença do Exército Brasileiro na fronteira terrestre do Brasil.** A Defesa Nacional, v. 105, n. 836, 2018. Acesso em: 6 mai. 2023.

PENSAMENTO VERDE. **O Problema da Biopirataria na Amazônia**. 2013. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/o-problema-da-biopirataria-naamazonia/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

PEREIRA, T. G. **A atuação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em operações na faixa de fronteira Amazônica: o combate aos crimes transfronteiriços e ambientais nos anos de 2015 e 2016**. 113f. Rio de Janeiro, RJ: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

PENNA FILHO, Pio. **Reflexões sobre o Brasil e os desafios Pan-Amazônicos**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Nº 56 (2), 2013, pp. 94-111. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n2/v56n2a06.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2023.

PIERANTI, Octavio Penna; SILVA, Luiz Henrique Rodrigues da. **A questão amazônica e a política de defesa nacional**. *Cadernos EBAPE*. BR, 2007, 5.1: 01-11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512007000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 1 mai. 2023.

PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida**. Rio de Janeiro: ECEME, 2019, 62 p. Acesso em: 06 de maio de 2023.

PIRES, Major André Bou Kather. **Operação Ágata: a realidade do ambiente interagências**. *Doutrina Militar Terrestre*. Julho a Setembro. 2013. Acesso em: 5 mai. 2023.

PNUMA/OTCA. **Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia**: Geo Amazônia. 2008. Disponível em: www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/geoamazonia_28.pdf. Acesso em: 01 mai. 2023.

QUEIROZ, Joana. **Exército apreende 5 toneladas de drogas na Amazônia nos dois primeiros meses de 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/mais-de-cinco-toneladas-de-drogas-foramapreendidas- apenas-em-dois-meses-no-am>. Acesso em: 5 mai. 2023.

REVILLA, Juan. **Plantas da Amazônia: oportunidades econômicas e sustentáveis**. Manaus: SEBRAE/AM, 2000.

RODRIGUES, Caio César de Almeida. **A atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia no tocante ao narcotráfico e outros crimes transfronteiriços no período de 2015 a 2017**. 2019. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em Ciências Militares, Academia Militar das Gulhas Negras, Resende- Rj, 2019. Acesso em 07 mai. 2023.

SANTANA, M. V. **O fenômeno do crime organizado: uma ameaça à segurança nacional**. Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, nº 27, 3º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: ECEME, 2012. Acesso em: 1 mai. 2023.

SANTOS, Breno Augusto dos. **Recursos minerais da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

SANTOS, Helivania. **Amazônia**. In: BiologiaNet. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.biologianet.com/biodiversidade/amazonia.htm>. Acesso em: 7 abri. 2023

SILVA, Erlon Pacheco da. **A Amazônia Brasileira – Estratégias de presença e dissuasão segundo a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e sua possibilidade de interação com os países fronteiriços**. Trabalho do Curso de Estado-Maior Conjunto. 2013. 65 f. Portugal, Instituto de Estudos Superiores Militares, 2013. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10009/1/TII%20Maj%20Erlon%20FINAL.pdf>
Acesso em: 01 mai. 2023.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. Acesso em 07 mai. 2023.

VARELLA, A. D. **A Última Fronteira**. Revista Verde-Oliva, Brasília, n. 188, p. 10-17, ABR/MAIO/JUN 2006. Disponível em: [//pt.calameo.com/exercito#brasileiro/read/001238206f34b7ee43e85](http://pt.calameo.com/exercito#brasileiro/read/001238206f34b7ee43e85). Acesso em: 24 JAN 2023.

WWF-BRASIL. **Amazônia**. Disponível em:

https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_amazonia.

Acesso em: 01 mai. 2023.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário: O Pelotão Especial de Fronteira na Manutenção da Segurança na Faixa de Fronteira do Brasil

O questionário exposto abaixo foi composto pelas questões a seguir. Cabe ressaltar que nas perguntas de caixa de seleção, mais de uma alternativa podia ser escolhida, nas de múltipla escolha, apenas uma alternativa poderia ser escolhida, já nas questões abertas, o entrevistado podia escrever de forma livre, sem limites de caracteres.

1) Primeiramente, qual o Posto/Graduação do(a) Sr(a)? (Múltipla Escolha)

- | | |
|------------|-----------|
| a. Gen Ex | i. 2º Ten |
| b. Gen Div | j. Asp Of |
| c. Gen Bda | k. S Ten |
| d. Cel | l. 1º Sgt |
| e. TC | m. 2º Sgt |
| f. Maj | n. 3º Sgt |
| g. Cap | o. Cb |
| h. 1º Ten | p. Sd |

2) Qual o nome de guerra do(a) Sr(a)? (Não Obrigatório) (Aberta)

3) Qual OM que o(a) Sr(a) serve atualmente? (Não obrigatório) (Aberta)

4) O(a) Sr(a) serve/serviu em uma OM situada no CMA e/ou CMN? (Múltipla Escolha)

- a. Sim
- b. Não

5) Caso o(a) Sr(a) tenha respondido “Sim” para a pergunta anterior, cite qual(is) OM(s): (Aberta)

6) O(a) Sr(a) teve a oportunidade de conhecer *inloco* algum DEF, PEF e/ou CEF? (Múltipla Escolha)

a. Sim

b. Não

7) Como o(a) Sr(a) conheceu o(s) DEF/PEF/CEF? (Caixa de Seleção)

a. Serviu no(a) PEF/DEF/CEF

b. Visita

c. Não Conheceu

8) Qual(is) o(s) DEF/PEF/CEF que o(a) Sr(a) conheceu? (Caixa de Seleção)

a. 1° Cia Fron/34° BIS (Clevelândia do Norte/AP)

b. 1° PEF/34° BIS (Tiriós/PA)

c. Dst Fron/23° BIS (Vila Brasil/AP)

d. 1° PEF/7° BIS (Bonfim/RR)

e. 2° PEF/7° BIS (Normandia/RR)

f. 3° PEF/7° BIS (Pacaraima/RR)

g. 4° PEF/7° BIS (Surucucu/RR)

h. 5° PEF/7° BIS (Auaris/RR)

i. 6° PEF/7° BIS (Uiramutã/RR)

j. 1° PEF/5° BIS (Yauaretê/AM)

k. 2° PEF/5° BIS (Querari/AM)

l. 3° PEF/5° BIS (São Joaquim/AM)

m. 4° PEF/5° BIS (Cucuí/AM)

n. 5° PEF/5° BIS (Maturacá/AM)

o. 6° PEF/5° BIS (Pari-Cachoeira/AM)

p. 7° PEF/5° BIS (Tunuí/AM)

q. 1° PEF/8° BIS (Palmeiras do Javari/AM)

r. 2° PEF/8° BIS (Ipiranga/AM)

s. 3° PEF/8° BIS (Vila Bittencourt/AM)

t. 4° PEF/8° BIS (Estirão do Equador/AM)

u. Dst Fron/61° BIS (São Salvador/AC)

v. 1° PEF/61° BIS (Marechal Thaumaturgo/AC)

x. 2° Cia Fron/4° BIS (Epitacolândia/AC)

w. 2° PEF/4° BIS (Assis Brasil/AC)

y. 3° PEF/4° BIS (Plácido de Castro/AC)

z. 4º PEF/4º BIS (Santa Rosa dos Purus/AC)

a1. 1º PEF/6º BIS (Forte Príncipe da Beira/RO)

b1. Outro

9) O(a) Sr(a) tomou conhecimento da ocorrência, na área do(s) DEF/PEF/CEF, de algum dos seguintes delitos transfronteiriços: (Caixa de Seleção)

a. Caça e/ou Pesca Ilegal

i. Descaminho

b. Extração ilegal de madeira

j. Imigração ilegal

c. Mineração ilegal

k. Outro

d. Biopirataria

l. Não tomei conhecimento da ocorrência de nenhum delito transfronteiriço

e. Tráfico de Drogas

10) O(a) DEF/PEF/CEF possui(ía) efetivo suficiente para cumprir suas missões? (Múltipla Escolha)

a. Sim

b. Não

11) O(a) DEF/PEF/CEF possui(ía) meios suficientes (material) para cumprir suas missões? (Múltipla Escolha)

a. Sim

b. Não

12) Caso o(a) Sr(a) tenha respondido “Não” para alguma das duas perguntas anteriores, cite a(s) principal(is) deficiência(s)/dificuldade(s)? (Aberta)

13) Na opinião do(a) Sr(a), o(a) DEF/PEF/CEF cumpre(ia) as missões de “Combate aos Delitos Transfronteiriços” e de “Vivificação da Área”? (Múltipla Escolha)

a. Sempre

b. Frequentemente

c. Ocasionalmente

d. Raramente

e. Nunca

14) Caso queira, utilize o espaço a seguir para fazer alguma(s) observação(ões) que o(a) Sr(a) julgue importante acerca da experiência verificada nos DEF/PEF/CEF? (Aberta)